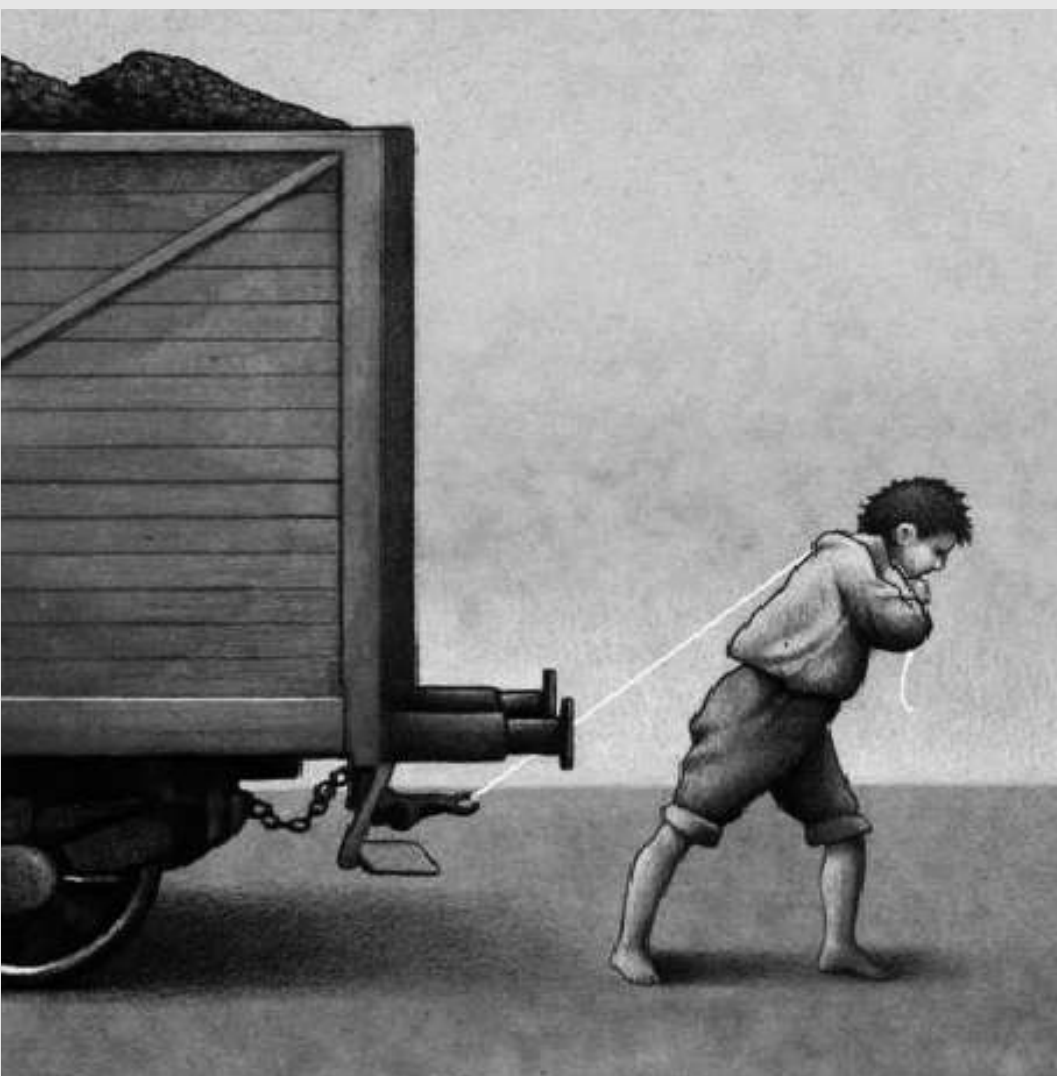


**REFLEXÕES SOBRE O UTILITARISMO
E O PRAGMATISMO MERCADOLÓGICO
EXPRESSOS NO CONTEÚDO
MATEMÁTICO NA BASE NACIONAL
COMUM CURRICULAR**



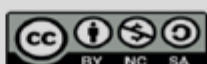
ÍTALO SALOMÃO RIBAS

**REFLEXÕES SOBRE O UTILITARISMO
E O PRAGMATISMO MERCADOLÓGICO EXPRESSOS
NO CONTEÚDO MATEMÁTICO NA BASE NACIONAL
COMUM CURRICULAR**

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional Formação Científica, Educacional e Tecnológica (PPGCET), Curitiba/PR, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciência e Matemática.

Orientador: Profa. Dra. Maria Lúcia Panossian

CURITIBA
2021



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

SUMÁRIO

1	O Discurso, o Utilitarismo e o Pragmatismo	06
2	Corpo normativo brasileiro sobre a educação: BNCC	15
3	Análise da BNCC: evidenciando objetos ideológicos conformadores	26
3.1	Ensino Fundamental	46
3.1.1	Do saber matemático	51
3.2	Ensino Médio	59
3.2.1	Do saber matemático	65
4	Considerações finais: da desilusão e inconformismo indispensáveis à transformação	69
5	Apoio teórico: autores fundamentais (citados e lidos no decorrer dos trabalhos)	73
	Referências	77



APRESENTAÇÃO

Este produto educacional integra a pesquisa de mestrado profissional no Programa de Pós-graduação em Formação Científica, Educacional e Tecnológica (PPGFCET) promovido pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Neste material se expõe a necessidade de promover análise crítica do documento normativo Base Nacional Curricular Comum (BRASIL, 2017) pela perspectiva Materialista Histórica e Dialética.

Tal olhar se torna imprescindível, pois os processos educacionais formais atendem normativas que se mostram progressivamente, ou melhor, estritamente destinadas, às relações capitais, ou seja, ao mercado.

Tal destinação surge com um caráter implícito, ou seja, vinculado a um esvaziamento conceitual que se torna indispensável ao êxito da conformação em prol do mercado.

O materialismo histórico dialético representa perspectiva de rompimento para com o vazio conceitual. Deste rompimento consiste a reflexão proposta, um refletir permeado pela experiência humana em sua concretude e não apenas por verdades absolutas aderentes à ordem mercadológica vivida.

Disto foi possível elaborar que a dominação do capital sobre as normas educacionais, propagando verdades inquestionáveis, ditas como natureza humana, naturalizam as relações capitais materializadas no mercado, este que rege os significados que atingem os sentidos dos sujeitos.

Uma regência pelo imediatismo das urgências mercadológicas, ou seja, o vazio conceitual, histórico e cultural, possibilita um preenchimento na medida do que é necessário e objetivado pelo mercado. Relativiza o saber da humanidade como um saber indissociável de um pragmatismo mercadológico pautado pelo interesse particular, a lucratividade.

Esta naturalização das relações capitais conduz a um desenvolvimento humano gestado para incluir sujeitos na ordem vivida, engajados a sustentar e expandir o capital. Assim, permanecendo o mercado como ordem social inabalável, este que incessantemente supera crises estruturais incessantemente sacrifica a potência humana em prol da potência de mercado.

A necessidade de superar a estrita significação mercadológica dada pela ordem vivida leva ao objetivo de desvelar aquilo que pulsa oculto nas proposições da BNCC, ou seja, discursos disfarçados por uma generalidade ou neutralidade política, esvaziados de carga conceitual, que consolidam o ideário capital conformando subjetividades e garantindo sucesso a um mundo que somente se materializa no mercado.

Trata-se de investigar ausências e negligências contidas nas disposições, aspectos que serão esclarecidos no decorrer deste texto. Em síntese e respectivamente: das possibilidades não consideradas – excluídas; e daquelas parcialmente consideradas – limitadas.

Ao excluir e limitar, na medida do que pulsa interessante ao mercado, ocorre a propagação do conhecimento de uma forma útil à ordem capital dominante.

Assim, o referencial teórico para as análises se fia pela compreensão das concepções marxistas advindas do materialismo histórico e dialético, que apresenta um combate à hegemonia capital, revelando o ideário capital como um idealismo individualista que traz detrimento ao desenvolvimento humano.

Este combate possibilita olhar criticamente para o ideário que sustenta e expande as relações capitais, ou seja, o liberalismo e o progressivo neoliberalismo. Com a pesquisa conclusa foi possível considerar a emergência de uma perspectiva inconformista, esta atinente à superação das mencionadas ausências e negligências.

Portanto, espera-se incentivar reflexão sobre possibilidades educativas na aproximação do biográfico e a história material da experiência humana, em que superar atende aos caminhos que vão além das aparências imediatistas propagadas pelo pragmatismo mercadológico e o indissociável utilitarismo, que exclui ou limita o saber não necessário e não objetivado pelas relações capitais.

De modo geral, superação atende a um processo de humanização educativo que esclarece a dominação mercadológica exercida sobre a vida e as possibilidades que foram suprimidas porém urgem recuperação em meio aos cenários opressivos e insustentáveis da sociedade de mercado.

No tocante à educação matemática, é preciso ressaltar que o corpo documental denota a propagação de conhecimentos com maior concentração de ausências e negligências.

Resta um saber esvaziado, a-histórico e não político, pronto a servir técnica e mecanicamente à ordem posta, criticamente imobilizado, um conjunto de objetos úteis à sustentação e expansão da ciência e tecnologia que guiam o frenesi mercadológico na dita pós-modernidade.

Aos professores, cabe salientar que o produto educacional oferece, a partir do olhar crítico sobre a BNCC, sínteses teóricas, relação de autores fundamentais, dimensões que possibilitam a discussão sobre as mencionadas ausências e negligências e trechos exemplares da movimentação investigada.

Por fim, desejamos uma ótima leitura e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Cordialmente,

Prof. Esp. Ítalo Salomão Ribas

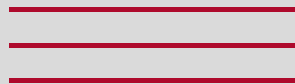
Profa. Dra. Maria Lúcia Panossian





1

O Discurso, o Utilitarismo e o Pragmatismo



1**O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo****2**Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC**3**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**4**Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação**5**Apoio teórico:
autores
fundamentais

O campo de estudos linguísticos sobre o discurso e o poder se mostra amplo, porém a pesquisa procurou fundamento teórico consistente com o materialismo histórico dialético, assim encontrando fundamentação em Mikhail Bakhtin.

Scorsolini-Comin e Santos (2010) explicam que Bakhtin representa um marco intelectual para o século XX como um grande teórico da linguagem. O linguista viveu, trabalhou e produziu no contexto histórico sócio-político soviético, ambiente de grandes transformações.

Bakhtin denota convergência com teóricos marxistas ao desenvolver uma teoria linguística que encontra fundamento histórico e social. Assim, investiga e elabora como o ser humano pensa, isto é, forja sua consciência sobre a realidade diante da concretude vivida e da objetividade material que rege a percepção subjetiva. Cabe, então, observar que:

“

Bakhtin enfatizou a heterogeneidade concreta da *parole*, ou seja, a complexidade multiforme das manifestações de linguagem em situações sociais concretas, diferentemente de Saussure e dos estruturalistas, que privilegiaram a *langue*, isto é, o sistema abstrato da língua, com suas características, formas passíveis de serem repetidas. Bakhtin empreendeu uma crítica aos formalistas, no sentido de que, para ele, a doutrina formalista seria uma estética do material, reduzindo os problemas da criação poética a questões de linguagem. (SCORSOLINI-COMIN e SANTOS, 2010, pp. 746-747)

Bakhtin (2008, 2010) estabeleceu uma crítica na qual o cerne consiste na contestação do estrito estruturalismo no estudo linguístico.

Entenda-se o estruturalismo no sentido em que privilegia a língua como sistema abstrato, concentrando esforços na formalidade e padrões estéticos que se projetam da materialidade vivida; padrões que podem ser valorados e repetidos mas não são investigados imersos na complexidade da vida material.

Este estruturalismo estrito, que descola o formal do contexto, promove uma desnaturalização e conduz a uma reificação da linguagem, a exemplo do texto poético, que, quando fragmentado em processos formais para caracterizá-lo e explicá-lo, perde a gênese material, sua relação com o mundo vivido.

A teoria de Bakhtin procura ir além da superficialidade dos recortes formais abstratos como meio de análise. Ele concebe a linguagem como indissociável da materialidade vivida, de tal maneira que se constitui nas relações sociais.

A ação dialógica permeada da materialidade que atinge os sujeitos históricos pulsa nos processos de constituição da linguagem, ou seja, a língua consiste em um produto coletivo, gerado no trabalho incessante do ser social, que cria sua própria existência consolidando conhecimentos e práticas sobre a relação ser humano e mundo.

1**O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo****2**Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC**3**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**4**Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação**5**Apoio teórico:
autores
fundamentais

Do exposto até o momento, cabe explicitar que a centralidade da crítica pode ser melhor compreendida por quatro concepções aderentes à dialogicidade, como explicaram Scorsolini-Comin e Santos (2010): dialogismo interno da palavra – objetos indissociáveis de valores, crenças, definições, o falante encontra uma complexidade de discursos de tal forma que o objeto inerentemente dialético se mostra indissociável do diálogo social; dialogicidade nos enunciados – antes e depois da concretização de um enunciado já haviam outros, ou seja, em uma relação social, o locutor se mostra como um respondente, não representa o ponto original do discurso, responde ao que emanou dos outros diante das transformações sociais; dialogismo construído – surge da emergência da complexidade de vozes que se relacionam sobre uma certa temática, isto é, ocorre a antecipação das respostas do outro em função da interlocução e do contexto que rege as relações vividas; dialogização das linguagens – da pluralidade abrigada na língua, adere a representações possíveis em diversos contextos, como o familiar, social, político, profissional, de autoridade, científico, entre outros.

Tais concepções se concentram no enunciado. Este é universo que concentra duas perspectivas de interesse: enunciado com caráter polissêmico – das lutas sociais, dos contraditórios; enunciado com caráter estável – normativo, propagado como verdade.

Assim, sob a luz da antropologia, Bakhtin possibilita compreender a realidade a partir de uma perspectiva de múltiplos referenciais, isto é, o relacional tempo e espaço denota um incessante processo de interação no relacional eu e outro, no qual ideias se contrapõem e podem convergir, a partir do processo dialético, atendendo a certa maneira de produzir a existência humana.

O outro é concebido não como estranho, fora do eu, mas como parte da complexidade que constitui o ser coletivo histórico e material em transformação de tal forma que o ser não encontra relação com um contínuo desenvolvimento linear que expande acertos, verdades naturais descobertas que superam a ação humana, mas sim um contínuo de rupturas, transformações realizadas pelo ser ao produzir a sua existência.



1**O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo****2**Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC**3**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**4**Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação**5**Apoio teórico:
autores
fundamentais

Absorvendo a perspectiva de Bakhtin, pode-se considerar as normas que regem a educação, particularmente a BNCC, como um corpo discursivo estável, ideias dominantes, condutoras da vida material que procuram conformar o corpo social diante de enunciados de poder normativo para o desenvolvimento humano.

É possível considerar que tal corpo normativo atende às necessidades e objetivos indissociáveis da experiência vivida e da experiência humana material, histórica e dialética que conduz ao desenvolvimento humano. A partir de tais considerações, resta procurar refletir sobre significados presentes nos documentos normativos, em especial a BNCC, para encontrar a pertinência com o mundo vivido.

Deste olhar sobre os enunciados, do poder para conformar subjetividades, autores como Duarte (1996, 2001) e Tonet (2006) possibilitam observar que os documentos curriculares apresentam uma perspectiva utilitarista para o conhecimento, ou seja, um estrito saber fazer útil às necessidades e objetivos da ordem social dominante na modernidade e pós-modernidade, o mercado.

Para uma análise crítica, esta dominação, que atende por um pragmatismo mercadológico para o desenvolvimento humano apresenta a imprescindibilidade da compreensão de como se mostram os enunciados que orientam as dimensões essenciais que conduzem o desenvolvimento humano.

Tais dimensões essenciais são concebidas como totalidades que compõem a realidade, sendo a mesma um complexo de complexos, como ensinou Lukács (1979, 1981, 2010). Reconhecendo-se as transformações materiais e históricas a partir de tais dimensões essenciais, uma reflexão é possível.

As totalidades, ou complexos com certa autonomia, apresentam conhecimentos e práticas necessárias e objetivadas para a participação do sujeito no mundo real. A realidade, ou o grande complexo, apresenta a ordem social regente das totalidades, que pode convergir segundo a necessidade produtiva e o seu objetivo.

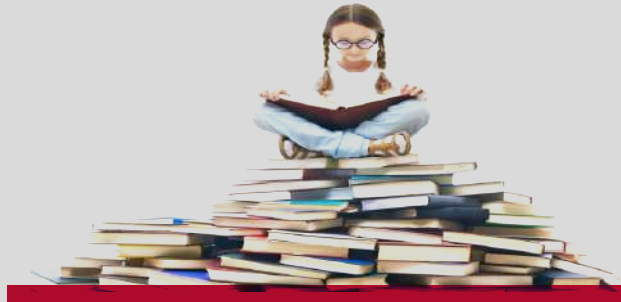
Certas dimensões foram elaboradas a partir do embate travado pelo marxismo e o materialismo histórico dialético frente ao liberalismo e neoliberalismo.

Assim, cabe expor que a estrutura social se encontra na produção, base econômica, como denotou Marx (1964), Marx e Engels (1999) e Lukács (1981). Através da materialidade histórica e dialética, esta estrutura possibilita alcançar outras dimensões desdobradas que recorrentemente pulsam em disputa ideológica: trabalho, atividade, liberdade, igualdade, racionalidade e coletividade.



1**O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo****2**Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC**3**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**4**Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação**5**Apoio teórico:
autores
fundamentais

Mészáros (2006, 2008) contribui para a reflexão ao aprofundar estudos sobre alienação e estranhamento, assim possibilitando compreender como o desenvolvimento humano se mostra aprisionado por necessidades e objetivos alheios à proteção da vida, ou seja, a libertação humana da pura sobrevivência, como evidenciou Leontiev (1978a, 1978b).



Marx, Engels, Lukács, Mészáros e Leontiev denotam que a centralidade de uma reflexão sobre a experiência humana não idealista, seja teológica ou pela linearização forçada de ideias sobre uma linha evolutiva de verdades, deve se pautar pela materialidade histórica e dialética. De tal modo, pode-se compreender como as ideias correspondem às práticas do mundo objetivo, onde o ser produz a própria existência, tornando-se menos natural e mais humano, um processo cultural de humanização.

Neste sentido, Gramsci (1975, 2004) revela que o poder ideológico é permeado por questões de intelectualidade, hegemonia e subalternidade. A classe hegemônica, advinda da dominação que certo ideário exerce sobre a sociedade civil realizada por meio de alianças e aproximações de interesses, alcança a sociedade política podendo exercer poder normativo e coercitivo (Estado e poder público). Logo, estas normas e a coação para o cumprimento delas forjam subjetividades para atender a objetividade vivida, um mundo objetivo indissociável das necessidades e objetivos dominantes.

Na questão dos intelectuais, pode ser concebida a expropriação da atividade do docente, um intelectual forjado na medida dos interesses hegemônicos para propagar o formal atinente às relações idealizadas pela hegemonia nos processos educacionais de tal forma que o mercado se mostra como relacional dominante. Este atende ao ideário que sustenta as relações capitais regidas pelo individualismo, regido pelo ganho particular, em detrimento do coletivo.

O capital e o mercado (que materializa as relações capitais) sustentam-se e expandem-se pelo liberalismo e o neoliberalismo, como se torna possível perceber em Chauí (2001, 2007), Lessa (2009), Paulani (1996, 2012) e Gross (2002). O liberalismo e o neoliberalismo encontram possibilidade de reflexão pela leitura de teóricos fundamentais como Locke (1998), Smith (1985), Walras (1986) e Hayek (1977). Estes fundamentos denotam uma movimentação histórica pautada pelo estrito idealismo individualista.

Este se projeta a partir das relações produtivas orientadas pelo ganho particular e rege uma sociedade organizada para garantir segurança às conquistas do indivíduo. É dito idealista pois o detrimento do coletivo em prol do individualismo desfigura o desenvolvimento humano.

1**O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo****2**Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC**3**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**4**Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação**5**Apoio teórico:
autores
fundamentais

O desenvolvimento humano adere ao bem comum, à potência humana para a libertação da mesma da luta pela sobrevivência. Assim, o relacional opressor e oprimido, indissociável das relações capitais, aprisiona o desenvolvimento na sustentação e expansão dos interesses opressores no mercado.

O sacrifício do potencial humano pela marginalização, pela conformação da potência dos sujeitos para adaptar-se à concorrência do idealismo individualista pulsa nas ruas, praças, viadutos, escritórios, escolas e outros locais.

A máxima marxista do ser humano transmutado em mercadoria tem caráter progressivo, na medida em que rege sua vida pelas estritas relações do ter, acumulação incessante, consumismo incessante, do empoderamento individual ou enquanto indivíduos reunidos em torno de um ganho que traga detrimento ao coletivo.

Embora o termo comunismo seja erroneamente interpretado a serviço da promoção capital, este pretende a libertação do desenvolvimento humano em prol da libertação da humanidade no caminho da promoção e proteção à vida humana histórica, material e dialeticamente coletiva. Isto é, não há indivíduo isolado. O idealismo do individualismo gesta um sistema de aprisionamento da potência humana pela opressão.

A visão que prega o comum como o ter as mesmas coisas, o mesmo carro, a mesma roupa, a mesma casa, ou como totalitarismo, trata-se de uma ótica capital que distorce a experiência humana material e histórica para caber no pragmatismo das relações capitais, o mercado.

A existência individual se mostra indissociável de um bem comum que liberta os sujeitos da estrita sobrevivência e pode, assim, promover a potência humana perante novas necessidades e obstáculos a serem superados, em caminhos preservadores da vida e não da estrita perspectiva do ganho particular.

De tal enlace, o bem comum procura a livre potência humana ao reconhecer que o conhecimento advindo da experiência humana histórica, material e dialética não deve pautar-se pelo idealismo do individualismo.

O conhecimento humano pulsa nas necessidades e objetivos da sustentação e expansão da vida de modo explicitamente material na moradia, na alimentação, e nas possibilidades de comunicação, entre tantas aquisições da humanidade. Tais aquisições e o conhecimento que nelas reside destinados estritamente ao mercado se tornam algo utilitário, aprisionado pelas estritas possibilidades do ganho particular em detrimento do coletivo, que se mostra fragmentado em escalas de ganhos e opressão, sacrificando o desenvolvimento humano em potência que supera o pragmatismo mercadológico.

1**O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo****2**Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC**3**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**4**Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação**5**Apoio teórico:
autores
fundamentais

Aqueles marginalizados que encontram pouco desenvolvimento naturalizam a opressão atuando nas possibilidades dos ganhos mercadológicos, rendas, salários e acumulação. Assim, a proteção à vida se torna uma perspectiva secundária, governada pelo pragmatismo mercadológico, no qual a vida (humana) tem oferta, demanda e precificação. Os sujeitos encontram toda a significação para suas existências nas relações capitais.

Mais precisamente, o utilitarismo atende a recortes realizados sobre a experiência humana material, histórica e dialética a fim de incutir no imaginário popular um linear evolutivo contínuo atrelado à ordem social capital. Assim, estes recortes são traçados por duas características fundamentais elaboradas a partir de Marx (1999), que esclareceu a troca de todas as liberdades pela liberdade de comércio: condenação e desqualificação. A condenação opera a exclusão de conhecimentos que não sirvam ou ameacem a ordem vivida, gerando ausências que permitam, ao pragmatismo mercadológico, justapor saberes segundo suas necessidades e objetivos. A desqualificação realiza a limitação do conhecimento, retirando dos indivíduos apenas o que é útil ou não ameaça a ordem posta, gerando negligências que permitem a adaptação e a relativização das lutas sociais e sua inserção no linear contínuo evolutivo capitalizado.

Graças a isso, as análises realizadas sobre a BNCC se fiaram por duas reflexões: das ausências e negligências que denotam o utilitarismo atinente ao pragmatismo mercadológico; das possibilidades de explorar o vazio gerado pelo utilitarismo para criar um ambiente não formal, orientado pelo inconformismo.



1**O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo****2**Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC**3**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**4**Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação**5**Apoio teórico:
autores
fundamentais

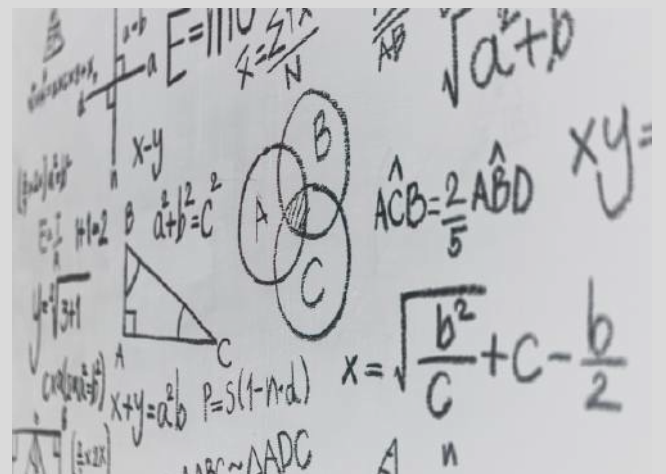
Do que foi exposto até aqui, cabe ressaltar uma síntese procedimental: partes do documento normativo foram extraídas; as extrações se orientaram por uma busca traçada a partir de termos aderentes às dimensões essenciais fundamentadas no embate entre o marxismo e o materialismo histórico dialético frente ao liberalismo e ao neoliberalismo, leia-se produção, trabalho, atividade, liberdade, igualdade, coletividade e razão; após a extração, uma contextualização dos termos a partir da experiência material, histórica e dialética foi realizada; o embate entre a perspectiva idealista individualista liberal e neoliberal e o marxismo materialista, histórico e dialético tenciona promover a reflexão.

No sentido da educação matemática, é indispensável notar que Cury e Bazzo (2001) e Dubas (1998) afirmam que os saberes atrelados às ciências exatas, em especial a matemática, são replicados sobre uma matriz de extrema descontextualização, isolados da realidade, depositados em um plano de extrema linearização contínua evolutiva. Assim, sob um caráter hermético, o dito campo das ciências exatas surge carente de complexidade histórica, material e dialética, absorvendo as possíveis aproximações filosóficas, sociológicas e antropológicas das demais áreas.

Todavia, há de se ressaltar que as mais diversas disposições legais se mostram atreladas à perspectiva utilitária. Da fragmentação curricular em setores, tem-se a fragmentação do conhecimento em coisas aplicáveis estritamente ao vivido (competências), isto é, aspectos que apresentam impossibilidades para um olhar que supere a significação pelo enlace pragmático mercadológico.

A matemática e as ciências exatas, como denotou D'Ambrósio (2005), percorrem um formato de ensino que perde e se perde da humanização e da cultura, mostrando-se a-histórico e apolítico. Freire (2014) corrobora esta constatação, defendendo que o resgate histórico e político é inviolável para uma formação que liberte pelo esclarecimento.

De tal forma, o potencial matemático, atrelado ao método, planejamento, ciência, técnicas, tecnologia e controle não pode persistir apenas como estrito instrumental capitalizado, compondo uma racionalidade instrumental já estudada por Horkheimer (1976), em que a essência se confunde com a aparência e, nesta confusão, ocultam-se contradições, lutas sociais, rupturas e tensões da experiência humana histórica e material. Por fim, apresenta-se o esquema abaixo para sintetizar e orientar o caminho percorrido na próxima seção.



1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores

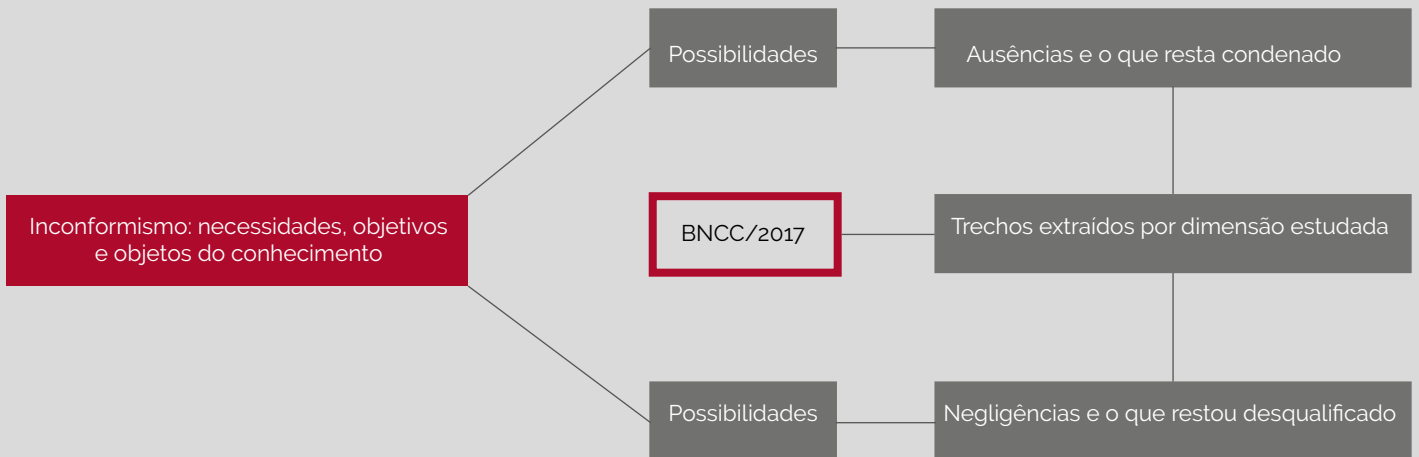
4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Esquema I – síntese da investigação



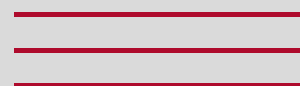
Fonte: confeccionado pelo autor.

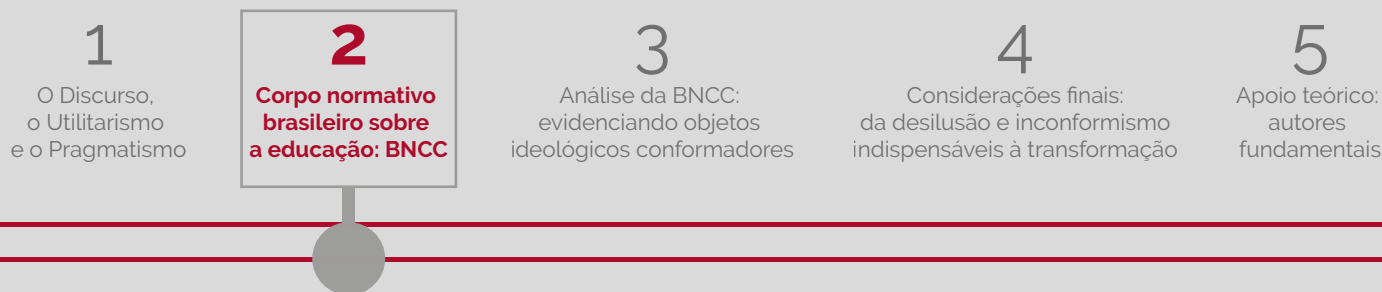




2

Corpo normativo brasileiro sobre a educação: BNCC





Inicialmente, é preciso denotar a trajetória histórica normativa atendendo aos principais corpos normativos. Observe o Quadro I abaixo, referente às constituições federais:

Quadro I - Aspectos político-jurídicos das constituições federais

ANO - REGIME	CONTEXTO POLÍTICO-JURÍDICO
1824 – Império	Com respaldo mercantil português e elevado poder público (poder econômico), Dom Pedro I apresentou projeto impositivo. Neste corpo, restou fortalecido o poder da figura imperador com a criação do poder moderador, que superava os outros poderes (legislativo, executivo e judiciário). As províncias eram governadas por atores nomeados pela vontade imperial, com eleições para deputados da assembleia geral que seguiam um modelo indireto e censitário excludente, ou seja, havia uma distinção dos possuidores de direitos civis e dos possuidores de direitos civis e políticos, privilegiando os proprietários e aqueles que possuíam certo rendimento (fator econômico) com poder político, além de excluir escravos, mulheres e índios, entre outros;
1891 – República	Atendeu a mudanças no enlace político referentes à estrutura econômica: abolição da escravatura, industrialização, urbanização e foco nas relações mercantis. Prevalence a problemática da inflação. Abandonou o parlamentarismo de inspiração francesa e britânica e orientou-se pelo presidencialismo estadunidense. A proclamação aderiu às figuras do marechal Deodoro da Fonseca e de Ruy Barbosa. As mudanças encontram centralidade na instituição do modelo federativo e republicano, independência dos poderes legislativo, executivo e judiciário. Sufrágio com restrições a mendigos e analfabetos, separação entre a igreja e Estado, incorporação do <i>habeas corpus</i> resguardando o direito de ir e vir, máxima que preserva a garantia individual contra abusos estatais;
1934 – Segunda República	Sob a presidência de Getúlio Vargas é realizada assembleia constituinte em 1933. Demonstrou caráter centralizador, maior poder do governo federal, voto obrigatório e secreto a contar dos 18 anos, voto das mulheres, proibição do voto de mendigos e analfabetos, criação da justiça eleitoral e do trabalho e leis trabalhistas. Das leis que regem o trabalho vale elencar: jornada de oito horas, repouso semanal e férias remuneradas. Mandado de segurança (violação de direito líquido e certo – garantia individual) e ação popular;
1937 – Estado Novo	Getúlio Vargas dissolve o congresso e revoga a constituição anterior, impondo ao país o corpo máximo que rege um Estado centralizador, totalitário e de inspiração fascista, com supressão de partidos e concentração de poder nas mãos do supremo líder executivo. Instituição da pena de morte. Supressão da liberdade partidária e de comunicação (imprensa). Anulou-se a independência entre poderes, restringiu-se as prerrogativas atinentes ao congresso. Possível suspensão da imunidade parlamentar, prisão e exílio de opositores e eleição indireta de Presidente da República com mandato de seis anos. Diante da derrota do fascismo e nazismo, as ditaduras de extrema direita perceberam crise, de modo que, no Brasil, este regime declinou;
1946 – Retomada Democrática	Promulgada respondendo ao anseio popular de forma legalista, diante das deliberações do Congresso Nacional eleito. Restabelecimento dos direitos individuais, fim da censura e pena de morte. Independência e equilíbrio dos poderes, com eleição direta para Presidente da República com mandato de cinco anos. Incorporação da justiça do trabalho e tribunal de recursos ao poder judiciário. Pluralidade política e partidária, direito de greve e livre associação sindical, desapropriação por interesse social;
1967 – Regime Militar	Predomina o autoritarismo e discursos sobre a segurança nacional, assim alimentando um estado de insegurança pela propagação de um combate aos inimigos subversivos do regime interno. Conservou o Congresso Nacional, porém, exerceu total controle sobre o legislativo, assim aprovando uma nova constituição ditatorial. Ocorreu a centralização do poder nas mãos do corpo militar, com expansão da união, eleição indireta para Presidente da República e suspensão das garantias a magistrados, afetando o judiciário. Emendas foram oriundas de atos institucionais (AIs) que serviram de legitimação das ações militares, os quais receberam poderes extra-constitucionais. O AI-5/1968 promoveu poderes absolutos e resultou no fechamento do Congresso Nacional por cerca de um ano. Ocorreu a suspensão de qualquer reunião de cunho político, censura dos meios de comunicação, música, teatro e cinema e suspensão do <i>habeas corpus</i> para os crimes políticos. Possibilidade de decretação de estado de sítio pelo Presidente da República e intervenção em entes e municípios;
1988 – Retomada Democrática – Carta Cidadã	O dia 27 de novembro de 1985 marca a convocação, através de emenda constitucional (n. 26), de assembleia constituinte a fim de atender aos anseios populares por democracia, após o declínio do regime militar ditatorial. Realizou um largo campo de objetivos econômicos, políticos e sociais: voto aos analfabetos e aos jovens, novos direitos trabalhistas (redução da jornada de 48 para 44 horas semanais, seguro desemprego, acréscimo de um terço do salário às férias), eleições majoritárias diretas em dois turnos, direito a greve e liberdade sindical, inviolabilidade do direito à vida, liberdade e igualdade, liberdade de pensamento e comunicação, licença maternidade e paternidade, Superior Tribunal Federal como guardião da constituição, Superior Tribunal de Justiça, mandados de injunção (contra omissões contidas em normas), segurança (garantia individual - direito líquido e certo ferido por autoridade coatora), <i>habeas corpus</i> (garantias individuais de locomoção e ação) e <i>habeas data</i> (garantias individuais de acesso às informações governamentais). Promoveu proteção ao meio ambiente, repartição das receitas federais para fomentar o desenvolvimento regional, reformas econômicas e tributárias a fim de adequar o mercado interno, fim da censura e alterações na seguridade e assistência.

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

**Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC**

3

Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Os aspectos político-jurídicos caracterizam as constituições federais brasileiras. Todavia, é indispensável resgatar a movimentação econômica inerente, oculta por um olhar corrente que procura significar trabalho, liberdade e igualdade, entre outros, estritamente nos conflitos da superestrutura política e suas relações jurídicas aderentes às garantias individuais – idealismo individualista.

Do enlace político e jurídico brasileiro, cabe ressaltar que ocorre uma grande movimentação polarizada, ora atendendo a anseios democráticos e republicanos, ora atendendo a anseios totalitários ditatoriais, assim alcançando a Constituição Federal (CF/1988) cidadã, ainda recente, formulada 33 anos atrás.

Ou seja, tanto os momentos totalitários quanto os democráticos se mostram atinentes às necessidades e objetivos do estrutural econômico regente das transformações sociais, matriz que conduz e materializa as relações humanas.

Recapitulando brevemente a teoria constitucional e seu enlace com a estrutura social, a produção e a economia, Horta (1991) expõe que as constituições clássicas liberais, nascidas da refutação ao absolutismo monárquico, sedimentadas pela supressão da linhagem e transmissão monárquica revelam uma repulsa pela intervenção do Estado no universo econômico.

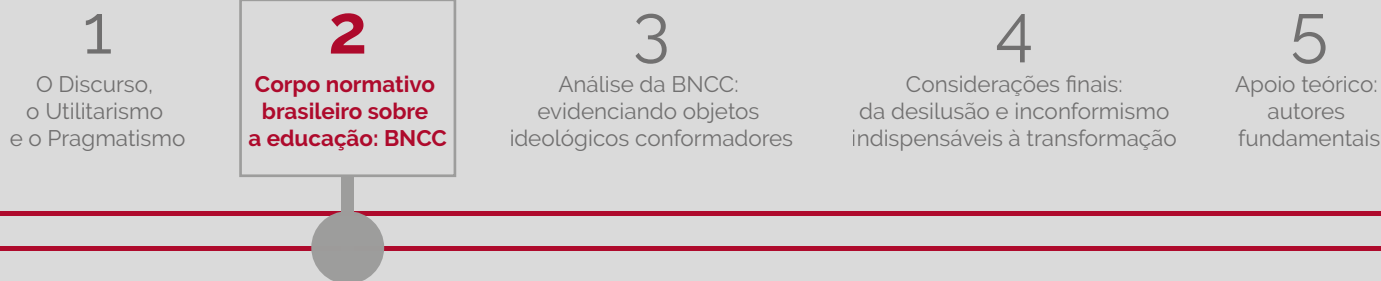
Nos corpos constitucionais, resta pouca normatização econômica, dispersa e não incisiva. As constituições se limitavam a organizar e limitar o Estado, separando poderes, evitando a concentração absolutista de poder e a representação popular, além de preservar as garantias individuais.

Após duas guerras mundiais e a crise capital consequente, surgiu uma linha econômica reconhecida como intervencionista, a exemplo de Keynes (1990). Tal concepção insere a economia no corpo normativo de maneira mais clara e concentrada, permitindo a regulação da base econômica pelo enlace político-social-econômico. Ela busca fomentar o emprego, a produtividade, o consumismo e a lucratividade, assim recuperando e expandindo as taxas de lucratividade anteriores à crise pós-guerra.

O capital se apresenta como um modelo para períodos entre crises, de modo que o intervencionismo encontra a fatalidade do declínio.

Tal declínio levou à ascensão do ideário neoliberal, que combate qualquer limitação imposta ao mercado, como explicou Paulani (2012). Com isso, a ordem econômica mercadológica foi se entranhando nas positavações do corpo normativo político, ali se cristalizando e convergindo como ordem social, seja em aspectos constitucionais, seja em normas infraconstitucionais.

Neste sentido, vale apreciar os momentos econômicos apresentados por Paulani (2012) diante do cenário brasileiro, que procura se adaptar às movimentações das relações capitais mundializadas, absorvendo objetos ideológicos liberais e neoliberais em prol do mercado, ambiente que materializa o lucro, o estrito ganho particular.



Quadro II - Produtivismo – Mercado – Política e Ordem social

ANO - REGIME	RELAÇÕES DE PRODUÇÃO	RELAÇÕES POLÍTICAS
1 ^a	Fornecimento de matérias-primas e metais preciosos, mostrando-se como reserva para o mercado capital que busca sustentação e expansão nos Estados dominantes (acumulação primitiva/mercantilista) com centralidade na Europa;	Atende à política exterior – do poder exercido pelos Estados dominantes que subordinam colônias e ex-colônias à ordem social mercadológica em ascendência; a elite nacional, oriunda do poder tradicional na relação Estado dominante e dominado, a exemplo das concessões de títulos e terras, opera o trabalho compulsório e a exploração dos não-proprietários;
2 ^a	Pró-exportação, uma produção que se destina a bens com pequeno valor na transformação da matéria-prima em produto, ocorre pela determinação produtiva dos Estados centrais, ou seja, aqueles em que o mercado estava consolidado e em plena operação diante da perspectiva industrial;	Os produtos, com certo valor agregado, aderem a uma ordem produtiva que responde às necessidades e objetivos do mercado externo. Assim, a superestrutura (jurídica, transportes, urbanização e educativa) que se ergue pretende sustentar e expandir o equilíbrio econômico brasileiro. Do interesse da elite, que busca consolidação na ordem capital mundial, um aspecto que se sedimenta paulatinamente. O potencial explorado atende ao fornecimento de artigos fundamentais para a industrialização dos estados dominantes;
3 ^a	Pró-exportação – investimento massivo em industrialização – a ideia do desenvolvimento nacional procurou ordenar a economia brasileira em autonomia. As elites nacionais alimentavam o interesse da inserção de uma economia brasileira com soberania no mercado capital mundial. Assim, a autonomia e a soberania produtiva destinavam-se ao mercado capital global em ascendência perante a motivação industrial;	A superestrutura que surgiu em torno do produtivismo orientado pela corrida da industrialização revelou o Brasil como um local atrativo para o mercado global. O capital apresenta mobilidade que procura novas possibilidades de ganhos, de modo que as decisões estratégicas brasileiras acabaram por encontrar orientação nas determinações do mercado capital mundial, ou seja, foram tomadas com autonomia subordinada ao interesse exterior em manter a sustentação e a expansão do mercado capital; as elites brasileiras, ali consolidadas, comandavam um desenvolvimento que buscava aliar o equilíbrio de seus ganhos e o equilíbrio da matriz mundial de ganhos;
4 ^a	Início do que constituiu o domínio do sistema financeiro, nova fase mundial para o capital. O sistema financeiro se mostra como maior operador mercadológico na ordem do produtivismo. A autonomia brasileira comandada pelo mercado exterior inicia processo de subordinação para com os comandos do enlace das finanças internacionais. O capital mundial, que procura mobilidade de ganhos na relação credor e juros, encontra local ávido por aplicações na economia brasileira.	O discurso do dito neoliberalismo domina amplamente as relações políticas, fazendo a soberania do Estado ter de administrar um frenesí mercadológico mundial, que encontrou terreno fértil para valorização financeira nas relações econômicas brasileiras. A tendência que se revela é um enfraquecimento do poder político em favor da mobilidade do capital mundial, ou seja, além de um produtivismo que atende às demandas do mercado exterior, as decisões estratégicas do Estado passam a ter redução de força perante o mercado financeiro global em amplo contexto, como um sócio que acorda com o sistema financeiro os caminhos para o bem comum que atenda ao equilíbrio mercadológico;
5 ^a	O endividamento, ou dependência do sistema financeiro mundial, da mobilidade capital mundial em compra e venda de ativos das corporações ou financiamento direito dos bancos internacionais, consolida caráter para a economia brasileira que oferta sempre ganhos incessantes para o capital de extrema especulação, ou que busque altos ganhos, de modo que o produtivismo nacional opera com extrema fragilidade perante a retirada do capital mundial;	As estratégias nacionais, as políticas públicas, acabam por sucumbir perante as necessidades e objetivos contratuais. Uma alteração que ultrapassa os acordos privativos, ou seja, das empresas, atinge as normas exercidas pelo Estado brasileiro sob a índole do mercado global;

Fonte: síntese realizada pelo autor a partir da obra de Paulani (2012)

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

**Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC**

3

Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Do enlace econômico explicado pela autora supracitada, urge ressaltar que o universo positivo nacional explicita uma flutuação dependente do mercado global de tal maneira que expõe dependência inicial perante a espoliação, que progride para a fabricação que agrega pequeno valor e, por fim, a inserção desenfreada dos interesses nacionais, as políticas públicas, no projeto de mundialização financeira e volatilidade extrema. Neste frenesi de adequação do estrutural nacional ao pragmatismo mercadológico mundial, pulsam as determinações brasileiras específicas sobre o desenvolvimento humano da educação.

Brzezinski (2010) elabora que:

“

No período de tramitação do projeto de LDB atual (1988-1996), o conflito público versus privado, a disputa entre dois projetos de sociedade e de educação voltam ao cenário político-ideológico, porém marcaram presença novos atores. Um fenômeno contribuiu para isto: as escolas básicas confessionais católicas e algumas escolas públicas foram paulatinamente retirando-se do cenário educacional, para dar lugar às escolas privadas laicas em decorrência das profundas transformações da sociedade brasileira e das relações de produção que passaram a favorecer a versão perversa do capitalismo globalizado, neoliberal, cujo maior regulador é o mercado. Muitos aspectos então impulsionaram uma nova força hegemônica no campo educacional, com nitida tendência de conceber as instituições educacionais tanto da Educação Básica quanto da Educação Superior como empresas de ensino, e estas mobilizaram um grupo de atores sociais configurado pelos proprietários de escolas particulares e seus lobistas que se pautam exclusivamente pela lógica do lucro. (BRZEZINKI, 2010, p. 4)

Assim, as movimentações históricas aderentes à complexidade material e dialética evidenciam a concepção de uma Legislação de Diretrizes e Bases da educação que procurou, em 1961, primeira versão, conciliar os interesses liberais democráticos e os tradicionais católicos. Liberais que procuravam o desenvolvimento humano no e para o mercado de forma acessível e desenvolvimentista pleiteavam a educação pública com anseios liberalistas.

Tradicionais católicos procuravam sustentar, resistir e manter o apoio do poder público ao ensino privado, que se mostrava elitista, aderente à sustentação de uma educação como privilégio dos dominantes.

De qualquer sorte, as duas perspectivas denotam um espírito para as normas educacionais em dualidade: da necessidade de um ensino de objetos mínimos a alguns para a inserção no mercado, vendendo a dita mão de obra; do ensino mais completo, com maior abrangência científica, sociológica e filosófica para as classes hegemônicas.

Do projeto levado a votação na década de noventa, cabe observar que, sob a alteração governamental em 1994, da sedimentação de um ideário neoliberal, a legislação de 1996 progride no caminho de enraizar anseios mercadológicos e suprimir lutas sociais. De tal enlace cabe expor:

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

**Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC**

3

Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

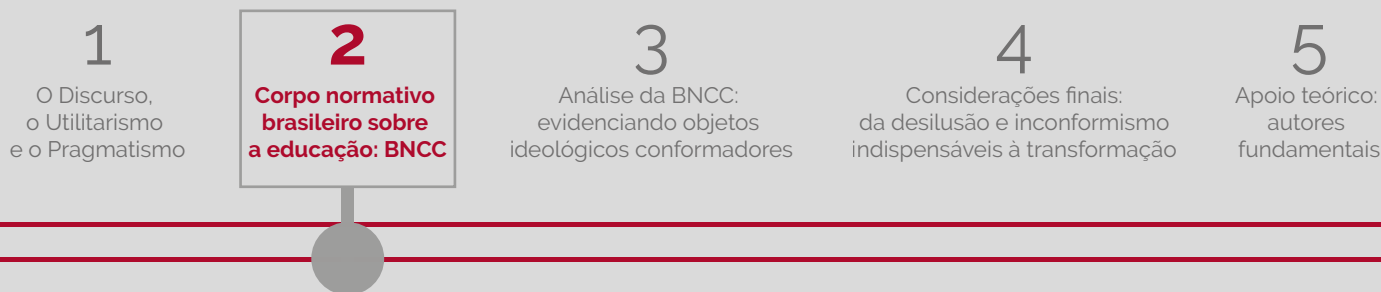
5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Quadro III - Algumas normas educativas - período 1996 à 2010

NORMA/ANO	ADITIVO
Leis 10098/2000 e 10436/2002	Tratam de reivindicações de acessibilidade para os portadores de necessidades especiais;
Fundef (Lei 9424/1996) e Fundeb (Lei 11494/2007)	Fundos de manutenção e desenvolvimento do ensino;
PNE/2001	Diretrizes administrativas e organizacionais que regulamentam a lei, inclusive o uso de tecnologia e inovação;
Lei 10861/2004	Estabeleceu o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE);
11096/2005	Instituiu o Programa Universidade para todos (PROUNI);
Lei 11096/2005 e decreto 5493/2005	Acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda e advindos de escola pública; financiamento de instituições privadas de ensino superior pelo poder público;
Decreto 5773/2006	Regulação, supervisão e avaliação do ensino superior;
Decreto 5800/2006	Instituiu o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), voltado ao desenvolvimento da modalidade à distância;
Decretos 6095/2007 e 6096/2007	Integração das Instituições Federais Tecnológicas para a formação dos Institutos Federais; do programa de apoio aos planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI);
Lei 11738/2008	Piso salarial dos professores;
Decreto 6755/2009	Instituiu a política nacional de formação de profissionais da educação básica vinculada à coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES);
Lei 12014/2009	Discrimina as categorias profissionais pertencentes à classe de educadores e a atividade dos estabelecimentos educativos.

Fonte: confeccionado pelo autor a partir da obra de Brzezinski (2010)



As mais diversas alterações que percorrem do ensino fundamental ao superior, conforme o quadro acima, fiam-se por necessidades organizacionais, como a promoção do acesso à escola e curso superior e um sistema de avaliação, controle e financiamento.

Ocorre que a dominação mercadológica não se mostra abalada. Ora se beneficia da organização pública, normativas e estrutura escolar para atender às demandas flexíveis do mercado; ora encontra maneira de forjar sujeitos segundo suas necessidades e objetivos que tensionam saberes mínimos à integração à ordem vivida na facilitação e investimento em acesso (programa de bolsas). Por fim, localizam ambiente propício para explorar o acesso à educação como mercadoria no fundo financeiro público. Toda esta dominação se vale de um sistema avaliativo que formata os processos educativos pelo controle realizado no fim, como um controle produtivo industrial de qualidade.

Concorda-se com a autora que ganhos foram percebidos, uma vez que muitos acessaram possibilidades antes negadas, isto muito aderente ao período de governo dito esquerdista (período anual de 2003 a 2011), porém, é indispensável notar que a promoção do acesso foi executada como medida intervencionista atinente a anseios mercadológicos pelo desenvolvimento de capital humano.

Das orientações, urge centrar as análises na concentração do espírito educacional em dois aparatos teóricos fundantes: competência e saber fazer.

Carvalho e Martins (2013) ressaltam que a estrutura produtiva surge como fundamento pedagógico em incessante mutação, sendo, a produção, dimensão humana infra-estruturante e a educação, dimensão de maior poder condicionante.

Trata-se de um entre crises das possibilidades de acumulação mercadológicas, um incessante processo de sustentação e expansão mercadológica pelas diversas searas da vida, exigindo, dos sujeitos, uma forma de ser, flexivelmente útil, que sirva à ordem estabelecida:

“

A reestruturação produtiva gerou também uma reestruturação pedagógica mantendo a linha da eficiência e produtividade, com o acréscimo de um "tempero" ideológico muito mais elaborado do que aquele que o caráter monopolista da produção necessitava. Um arcabouço de tendências pedagógicas surge na perspectiva de um "aprender a aprender", necessário à adaptação dos sujeitos às transformações da sociedade, em outras palavras, adaptação dos indivíduos à crise permanente do capitalismo. Inserida nesse arcabouço, a Pedagogia das Competências remete a um novo discurso tecnicista, todavia retirando o seu caráter racionalista, para interpor uma característica muito mais irracionalista e condizente com as necessidades dos momentos de crise do capital, qual seja, o discurso das competências para o mercado. (CARVALHO; MARTINS, 2013, p. 141)

Assim, o incessante movimento de reestruturação produtiva atende a uma linearização evolutiva para a experiência humana, concebida sobre as relações capitais. Neste enlace pró-mercado, nascem competências mediante um pragmatismo mercadológico que adapta as subjetividades para serem úteis. Os autores ainda sintetizam e esclarecem de forma contundente que:

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

**Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC**

3

Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

“

O apelo à formação das competências visa, nesse sentido, preparar os indivíduos para realizarem um tipo de trabalho não mais especializado e menos parcializado, mas com as exigências da eficiência e produtividade passadas. Extrai-se o máximo da força de trabalho dos indivíduos, atrelando-se a essa extração requisitos de sua maneira de ser e de pensar, isto é, de sua 'personalidade'. Em um processo que individualiza o êxito ou o malogro determinado pelo mercado, os trabalhadores são colocados em situação de máxima incerteza e vulnerabilidade, nas quais passam a ser avaliados por um "saber ser" e por um "saber fazer" circunscritos aos ditames do locus ocupacional que preenchem. Por outro lado, as competências requeridas, convertidas em atributos individuais, encerram um tipo de conhecimento tácito, que, se formos levar em conta a polissemia existente na palavra "tácito", podemos chamá-lo de secreto. Um conhecimento secreto que só os empresários e os especialistas da "gerência científica" conseguem reconhecer. (CARVALHO; MARTINS, 2013, p. 141)

O estrito saber fazer representa um modelo de recortes utilitaristas sustentado e expandido por ausências e negligências.

Ele permite toda a significação no interior do pragmatismo mercadológico, ressignificações incessantes que não rompem com as relações capitais, apenas fazem uma adaptação da complexidade da vida para às necessidades e objetos das relações capitais sob o já dito caráter linear evolutivo.

O saber ser apresenta uma expropriação profunda das potencialidades humanas, uma conformação que modela aquilo que os sujeitos podem ser diante da sustentação e expansão do capital, possibilidades aprisionadas por verdades que subjagam a existência, entre os mais diversos níveis de fracasso e sucesso concebidos no pragmatismo mercadológico.

Ou seja, o ser adere a uma conformação pelo estrito saber fazer, um rol de fazeres justapostos que atendem às mutações do capital.

Do que é possível constatar que a investigação da presença das competências e do estrito saber fazer nos documentos orientadores (como Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Curricular Comum) revelam, em conjunto com as disposições propagadas pelas normas superiores (legislações como Lei de Diretrizes e Bases), um utilitarismo (processo mecanicista/rol de técnicas) para o desenvolvimento humano em consonância com o olhar pragmático do mercado.

Destas normas, não prescinde observar que termos recorrentes, também presentes na crítica realizada pelos autores citados, representam a conformação realizada pelas relações capitais sobre os documentos normativos: produção, trabalho e atividade, convergentes com emprego, desemprego, empresa, ganho, lucro, mercadoria, salário e remuneração, entre outros; liberdade convergente como liberdade estritamente concebida pelo poder de expressão, ir e vir e atuação no mercado (da intenção de ganho/lucro); igualdade convergente com a estrita não-segregação jurídica; racionalidade convergente com a instrumentalização em prol da melhoria contínua da estrutura vivida; coletividade convergente como a figura Estatal que realiza sistemas de controle para garantias individuais e supressão de conflitos (como o caráter assistencial e previdenciário que procura disfarçar mazelas, mas não eliminá-las). Logo, cidadania atende ao ser integrado à ordem social posta, o mercado.

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

**Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC**

3

Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

A BNCC ocupa o cenário nacional diante de uma imersão das relações humanas no pragmatismo mercadológico; um pragmatismo desenfreado, como ensinou Wood (2005), onde as relações capitais pulsam naturalizadas, replicadas nas mais diversas relações humanas, relativizando perspectivas, isto é, em um momento de busca por soluções no capital e não de desconstrução e contra o capital, movimentos que aderem à dita pós-modernidade, ao pós-estruturalismo e a articulações neoliberais que inserem as diferenças humanas no ideário mercadológico.



Celebra-se a diversidade e se abandona a luta. Esta forma de pensar consolida o passado como ultrapassado, como a ciência positivista e o próprio marxismo, e prega que a tudo existe o seu lugar; um lugar encontrado nas relações capitais, naturalizadas.

Criam até mesmo a ilusão de que o capital terá um fim natural que o levará ao aperfeiçoamento, resultando na melhor sociedade possível, porém relativizam as obviedades da marginalização cotidiana para evitar um conflito advindo destas, como a fome, a destruição ambiental, a falta de moradia, o desenvolvimento humano negado a alguns e o desenvolvimento humano que persegue o fetichismo do individualismo.

Assim, a sociedade se fragmenta, o coletivo se deteriora e as camadas forjadas pelo interesse particular e a proteção destes estabelecem uma escala de opressores e oprimidos, uma dualidade para o ser sob o pragmatismo do mercado: ora opressor e ora oprimido, diante de sua capacidade de ganhos; capacidade mensurada pelos ganhos capitais que percebe ou pode vir a ter.

Neste enlace complexo, cabe uma análise sobre o discurso que permeia a BNCC. Da análise exercida no corpo deste documento, resta alertar para a noção de espírito normativo.

Gramsci (1975, 2004) já alertara para a dominação intelectual hegemônica que conduz o poder público. Contudo, o corpo documental segue uma lógica, coesão e coerência que possibilite, na hermenêutica das partes, compreender o todo?

Kelsen (2000) revela que a resposta é positiva e explora uma harmonia existente no corpo das normas e entre elas, compondo o espírito normativo, além de explicitar uma hierarquia que situa em máxima a constituição do Estado, fundamento para leis, decretos e orientações.

De modo que a apreciação dos enunciados presentes no corpo das normas possibilita uma fiel percepção holística. No tocante às partes e sua seleção, cabe observar que o procedimento adere ao quadro abaixo, mapeando os enunciados que percebem os termos arrolados, representantes das dimensões essenciais para a experiência humana, seja nas teorias marxistas, seja nas teorias liberais e neoliberais:

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

**Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC**

3

Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Quadro IV – Síntese de termos

Dimensões	Crítica marxista – objeto ideológico liberal e neoliberal;
Produção, trabalho, atividade	Relações de ganho individual;
Liberdade e igualdade	Liberdade e igualdade estritamente jurídicas na proteção dos ganhos individuais;
Coletividade	Redução do coletivo por um sistema de controle atinente à ordem de mercado;
Racionalidade	Saber fazer projetado para o imediatismo mercadológico;
Educação	Conformação da visão de mundo em prol do pragmatismo do mercado.

Fonte: confeccionado pelo autor.

De tal forma que, na próxima seção, os dados constam expostos em formato que privilegie esquemas e quadros, assim facilitando a proposição de reflexões coletivas no seio de educadores, educandos e os demais que acessem o material.

O material entende que os quadros e esquemas facilitam no sentido de apresentarem exemplares que instiguem a reflexão, de tal maneira que a reflexão proposta nos exemplares possa ser ampliada para demais disposições do corpo normativo.

Sem mais, a próxima seção passa a análise do documento orientador da educação nacional mais recente: BNCC/2017.

A versão utilizada foi encontrada como mais recente, ou seja, disponibilizada no site do governo federal – Ministério da Educação.

Desta, foi realizada uma análise que procurou refletir sobre as disposições organizadas da seguinte forma: disposições introdutórias, que explicam a norma e dão justificativas para a forma e o conteúdo; disposições introdutórias sobre o ensino fundamental e médio; das disposições sobre a matemática no fundamental e médio.

A centralidade no ensino fundamental e médio foi concebida diante do objetivo da pesquisa proposta que sustenta este material, pois o enlace analítico parte da estrutura social, isto é, das relações produtivas. Assim, entende-se que tais níveis do processo educativo demonstram uma maior aderência aos discursos ideológicos das relações pragmáticas de mercado.

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

**Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC**

3

Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Sobre o ensino das séries iniciais, cabe ressaltar que este universo requer, em muito, uma pesquisa dedicada à compreensão da existência ou não de pragmatismo semelhante, diante das especificidades que não podem ser inobserváveis no desenvolvimento infantil; aspectos como os primeiros contatos com os outros para além dos pais, da reprodução de padrões pela brincadeira e o lúdico, entre outros.

De tal forma, a próxima seção pretende a reflexão, e isto é ressaltado, pois as respostas, os novos caminhos a partir de um inconformismo não compõem o objetivo da análise, até porque aquilo que pulsa em potência para um processo de ensino para além do pragmatismo mercadológico se trata de uma construção coletiva.

Nesta perspectiva da construção coletiva, a reflexão proposta intenciona um esclarecimento sobre aquilo que é vivido e ensinado a partir do poder normativo. Há de se imaginar que o esclarecimento pela reflexão não deixe de causar inquietudes.



3

Análise da BNCC: evidenciando objetos ideológicos conformadores

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

A seção que abre o corpo documental procura estabelecer justificativa sobre a necessidade e a amplitude da nova orientação para os processos educativos, do que cabe explorar tal enlace para alcançar compreensão sobre o contexto motivador, o mecanismo regente do documento quanto à forma e à problemática que procura dar conta, ou seja, superar. Tais aspectos possibilitam caminho para a investigação, através de movimentos analíticos que consideram a lógica que permeia o corpo documental, ou seja, o diário que fornece coerência e coesão às seguintes disposições:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um **documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica**, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que precitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos **princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva**, com o fundamento nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). (BRASIL, 2017, p. 5, grifo nosso)

Mostra-se como documento de poder normatizador, ou seja, força reguladora que padroniza a relação ensino e aprendizagem. Assim, as disposições estruturantes se ocupam da promoção de definições que conformam o desenvolvimento humano por um rol de saberes ditos essenciais. Têm caráter orgânico, pois atendem uma determinada organização social, desta ordem social são indissociáveis, e progressivos, pois remetem a um caráter evolutivo dos sujeitos no interior das necessidades e objetivos, adaptando-se à ordem social vivida. É possível observar aquilo que já fora explorado em Gramsci (1975, 2004) sobre a concepção da intelectualidade e dos intelectuais, ou seja, a norma encontra fundamentos na intelectualidade gestada pela ordem dominante e os intelectuais que elaboram sobre a norma, edificando enunciados atinentes a certo desenvolvimento humano, formalizando a sociedade política, o Estado, na regulação do processo educativo promovido pelo poder público,

Do poder normativo, cabe salientar que este exige uma harmônica e hierárquica comunicação entre normas. Então, a BNCC/2017 se integra às demais normas, dentre elas a LDB/1996, em uma relação entre a orientação e a lei superior. O corpo normativo de carga orientativa deve dar vida ao corpo da lei, ou seja, explicá-lo em amplos detalhes. Maiores esclarecimentos garantem a aplicação da lei seguindo o espírito histórico e cultural fundante.

Nesta perspectiva, não prescinde refletir tanto em Gramsci (1975, 2004) quanto em Bakhtin (2008, 2009) sobre a urgência de uma investigação material, histórica e dialética para a interpretação das disposições normativas.

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Inexistindo este olhar, a hermenêutica se mostra como uma replicação de certo ideário em que certas ideias não são questionadas mas naturalizadas em um ensino ritualístico que adapta a percepção dos sujeitos em detrimento da reflexão.

Evidencia-se que a apreciação estritamente estética da norma, ou seja, localizando enunciados, palavras e orações, estes reincidentes no conjunto das normas, permitindo a comunicação entre elas com um olhar descolado da reflexão materialista, histórica e dialética, conduz a uma análise reducionista para os contextos da experiência humana, projetando os significados na ordem vivida naturalizada, inquestionável.

De tal maneira, os termos que são avocados como princípios, a ética, a política, a própria estética, a democracia, a justiça e a inclusão, mostram-se esvaziados de conceito. Tal vazio pode encontrar preenchimento nas significações advindas dos objetos discursivos ideológicos da ordem vivida.

Da força do poder normativo, cabe explicitar que posiciona uma padronização em amplitude para alcançar entes federados, a formação do corpo docente, a postura de avaliação sobre o desenvolvimento dos sujeitos e da seleção dos conteúdos essenciais, assim impactando as possibilidades de infraestrutura do processo educativo formal, o ambiente escolar. Disto, torna-se indispensável expor que o processo de desenvolvimento humano quanto ao que e ao como deve ser ensinado, a forma que o êxito será percebido (sucesso e fracasso), a forma como docentes atendem ou não aos anseios do corpo social e o planejamento orçamentário deve ser estritamente ponderado no interior das disposições normativas, ou seja, em suas necessidades e objetivos.

No tocante aos esforços dos poderes da União, estes que organizam e limitam o Estado, mediante as decisões atinentes à educação, devem encontrar possibilidades pelo que reside na força desta norma. O corpo normativo BNCC/2017, apresenta um caminho que supostamente procura superar fragmentações, garantir acesso e fomentar a permanência escolar dos sujeitos de acordo com um rol de saberes essenciais também chamados de comuns:

Referência Nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, A BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora de qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para qual a BNCC é instrumento fundamental (BRASIL, 2017, p. 6, grifo nosso)

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

A força normativa se mostra em complexidade. Não é estranho ressaltar que alcança posição de regência sobre a formação da visão de mundo que os sujeitos compartilham e equilibram na medida da ordem social vivida. Encontra uma posição de garantir a sustentação e expansão da ideologia dominante, ou seja, pretende se mostrar pela hierarquia e harmonia entre normas como corpo que incorpora o espírito que permeia o desenvolvimento humano desde a máxima norma, a Constituição Federal/1988. Contudo, de maneira imprópria, pois a norma orientadora, realizada pelo Poder Executivo Federal, apresenta pretensão de um status em máxima ordem, assim invadindo e formatando a liberdade de Estados e Municípios, influenciando o relacional entre poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Disto pulsa uma generalização imperativa ao amplo poder público como necessidade e objetivos indispensáveis, atraindo para si a posição de representante dos anseios da sociedade; amplitude imprópria, pois não reside nesta norma a posição de fundamental diante da Constituição Federal e da Constituição dos Entes Federados. A norma orientadora limita-se ao atendimento dos fundamentos oriundos das normas superiores, não superá-las no enlace de suas maiores explicações, ou seja, a pormenorização não se confunde com a criação de novos fundamentos, a exemplo da obrigatoriedade de seu emprego nas mais diversas secretarias de educação.

Neste momento, torna-se necessário perceber que a norma apresenta claramente força normativa, amplitude nos processos educacionais formais, um enlace orgânico e progressivo atinente ao que a ordem social denota como essencial ou comum. Tal aspecto de essencialidade conduz à necessidade de profundidade analítica, sendo possível a interpretação de como se mostra a aderência ideológica das disposições determinantes.

Pulsa um termo chave reincidentemente empregado, as aprendizagens essenciais. Este se mostra indissociável da ordem social vivida, orgânica e progressivamente pensado na medida da ordem vivida. Entretanto, esta ordem não surge explícita nas disposições que procuram expor a força da norma. Tal caráter de não explicitar objetos ideológicos traz a necessidade de uma reflexão histórica, material e dialética para, assim, caminhar por uma hermenêutica que tende a evitar sustentar-se na estrita aparência, ou seja, no imediatismo das relações vividas, da ordem social vivida segundo um ideário dominante, naturalizado.

Reconhece-se que a espinha dorsal da norma se funda na concepção de competência. Logo, torna-se indispensável refletir sobre o que esta representa no corpo da norma. Tal concepção percebe a existência de um conceito taxativo; conceito não esclarecedor da pertinência das competências perante a complexa experiência humana histórica, material e dialética, mas que possibilita a investigação da aderência ideológica:

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para **assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.** Na BNCC, **competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.** (BRASIL, 2017, p.6)

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Da mobilização, observe ausente nessa ação a reflexão, trata de conceitos e procedimentos a serem absorvidos e utilizados, um estrito saber fazer sem a necessidade de refletir sobre a experiência humana material, histórica e dialética que forjou ou forja o saber. O saber fazer resta ancorado em habilidades, atitudes e valores promotores de práticas, cognição atinente à prática, absorvendo um ideário que permita desenvolvimento sócioemocional, ou seja, um ser útil, adaptado a certo pragmatismo em replicação. Pois, ausente a reflexão e pulsante a estrita mobilização pelo saber em prol do fazer projetado pela ordem vivida, a intencionalidade não encontra necessidade e objetivo de questionar a estrutura vivida e sim reproduzi-la, adaptando-se, convertendo a potência que contribui para a melhoria da ordem vivida, resolvendo demandas do estribo cotidiano, imediatas, a-políticas e a-históricas.

Faz-se necessário alguns questionamentos: De que se tratam as demandas complexas da vida cotidiana? De que se trata a plena cidadania e o exercício no mundo do trabalho? Como interpretar termos como cotidiano, cidadania e trabalho, que surgem esvaziados de carga conceitual?

Ressalta-se que o vivido não sofre questionamento estrutural. Mostra-se naturalizado, já isento de questionamentos sobre a estrutura social, podendo, assim, perceber melhorias no interior de uma evolução contínua linear, linearizando o conhecimento advindo de uma experiência humana não linear. Ou seja, despreza contextos e lutas ou desqualifica contextos para que sejam inseridos como parte de uma compulsão humana que resultou no presente, inevitavelmente indissociável da ordem vivida. Assim, é possível recorrer a Wood (1996), em que a autora expõe o capitalismo como alternativa histórica e não como tendência humana. As competências, concebidas estritas pelo saber fazer atinente à estrutura naturalizada, incorporam as relações capitais como uma compulsão humana; de forma implícita, o não refletir e questionar as tornam invisíveis sob um caráter apolítico e a-histórico.

A cidadania, assim, mostra-se significada nas possibilidades de viver sob as adaptações necessárias e objetivadas pelas relações capitais. Conforme exposto por Chauí (2007, 2013), o capital se totaliza na história, mostrando-se como uma ordem social representante da racionalidade humana, proporcionando a evolução humana contínua. Nisto, o mercado representa a materialização das relações capitais.

O ser cidadão corresponde estritamente a uma adaptação que atende às relações mercadológicas em que o individual se relaciona com o corpo social pelo mercado, gestando as mais diversas relações de ganhos e perdas individuais, das diversas relações de opressão que fragmentam o corpo social em patamares de ganhos individuais, ou seja, o idealismo do individualismo.

Do mundo do trabalho, este atende aos chamados das relações produtivas capitalizadas. Pois, a não reflexão conduz o desenvolvimento humano pelo imediato e a uma adaptação à ordem de mercado que opera a incerteza, a lucratividade e a opressão como coisas naturalizadas.

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

O imediato, ou o eufemismo do cotidiano, preserva os significados para o trabalho humano aderentes à ordem vivida, orientando a significar as relações de trabalho na medida das relações do produtivismo e consumismo, inerentes ao mercado.

Marx (1964, 2013), Marx e Engels (1999), Lukács (1979, 1981, 2010) e Mézarós (2006, 2008a, 2008b) fundamentaram a compreensão sobre a produção humana sob o capital e sua materialidade no fetichismo da mercadoria.

Tal relacional alimenta a alienação dos seres, regidos pelo estranhamento. Trata-se de um corpo social caracterizado pelo interesse individual que objetiva o ganho mercadológico, da necessidade que rege as vidas, que se tornam maneiras de alcançar tais ganhos.

Do bem coletivo, este sofre redução pelo estrito equilíbrio possível nas relações mercadológicas. Um equilíbrio social que promove a naturalização da opressão, um relacional promotor da visão idealista sobre uma suposta convergência dos ganhos individuais operando o bem estar e o desenvolvimento humano. Conforme Smith (1985) e Hayek (1977), o individualismo em detrimento do coletivo torna a coletividade, equivocadamente, inimiga da individualidade. Progressivamente, o coletivo é visto como coletivismo e tratado como autoritarismo.

De tal maneira, a potência humana para gestar a proteção à vida resta aprisionada, reduzida nas possibilidades do mercado.

Do acima exposto, resta salientar que as disposições da norma pulsam explicitamente comprometidas com ideário circulante dos documentos nacionais em concordância com a agenda mundial frente à mundialização das relações capitais e suas transformações necessárias e objetivadas.

Neste sentido, tais convenções mundiais marcam presença explicitamente no corpo normativo. Claramente, no tocante à presença da ONU (Organização das Nações Unidas), a crítica possível não trata da necessidade deste organismo, mas da mitigação das lutas que conduziram a experiência humana à criação do mesmo. Ou seja, suas convenções mundiais se mostram engolidas no corpo normativo brasileiro a fim de dar maior justificativa à existência deste mediante um cenário mundial capitalizado:

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a "educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza" (BRASIL, 2013), mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). (BNCC, 2017, p. 6)

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

A referência inicial se ocupa do "Caderno de Educação em Direitos Humanos" emitido pela secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República brasileira. Na sequência, cita-se o documento "Transformando Nosso Mundo", advindo da Organização das Nações Unidas (ONU), respectivamente nos anos de 2013 e 2015. Cabe questionar ao que se refere a transformação da sociedade. Torná-la mais humana? Socialmente justa? Do que se trata a preservação da natureza? O vazio de carga conceitual prejudica a análise da norma pelo que se apresenta no corpo de termos esvaziados e entrelaçados. Não obstante, reforça a necessidade da investigação material, histórica e dialética para encontrar o ideário que permeia tais concepções. As relações capitais operam transformações não desestruturantes para a matriz produtiva opressora. As mutações se prendem às melhorias diante da sustentação e expansão do mercado. De tal enlace, o ser humano, a justiça e a preservação da natureza podem encontrar uma frequente adaptação de significação atinente às demandas mercadológicas. Os modos de produção são atrelados ao individualismo, a justiça social, à estrita garantia individual (ganho particular), a natureza preservada se atrela ao equilíbrio possível entre o produtivismo e as urgências da escassez de recursos, de desastres ambientais, entre outros. Ou seja, a proteção à vida se torna aquela possível pelo mercado.

Do pragmatismo mercadológico materialmente e historicamente vivido na modernidade e pós-modernidade, o que é justo e o que é preservação sucumbem perante uma desqualificação. Desqualifica-se as lutas para caberem nas relações capitais.

Assim, a potência humana se torna uma mercadoria indispensável para sustentar e expandir as relações capitais. O desenvolvimento desta potência intenciona o imediato, o vivido ou o eufemismo do cotidiano.

Das transformações possíveis na medida de não ferir o mercado, é possível observar que as lutas são negligenciadas, o que se revela pela adaptação destas à estrutura produtiva opressiva.

Não prescinde notar que o comportamento normativo adere a dois movimentos identificados, indissociáveis, de ausências e negligências.

Tal fora percebido da experiência humana sob a totalização capital.

Como Marx (1999) explicou a existência humana resta reduzida pelo frio interesse, ou seja, os sentidos são reduzidos pelo estrito sentido do ter individualizado. Como Lukács (1979) expôs, os sujeitos são modelados pela estrita manipulação mercadológica, diante da acumulação e do poder individualista em relacionais de opressão.

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Assim, a reflexão histórica, material e dialética pulsa ausente, excluída, pois esta permite investigar como o estrito individualismo representa um idealismo e não a natureza humana. Fere o frio interesse, então, como Marx (1999) denotou, o combate à visão reducionista em que o ser humano significou liberdade como apenas liberdade comercial. A reflexão pela materialidade dialética das transformações humanas se mostra uma perspectiva refutada em prol do pragmatismo mercadológico.

Nesta ausência do olhar materialista, histórico e dialético, pulsa a negligência, em que todos os significados advêm da ordem vivida, pois esta representa a natureza humana. Qualquer dita evolução, das possibilidades para existência humana, encontra aceitação ou negação na medida do mercado.

Assim, as lutas sociais não são causadas pela estrutura produtiva opressiva, mas pela não adaptação dos sujeitos a esta ordem. Os processos educativos podem garantir tal adaptação replicando o ideário opressor, sustentando e expandido as relações capitais, ressignificando contextos e expondo a inviolabilidade da ordem vivida, diante de uma eterna visão de melhoria idealista que contrasta com a opressão real.

Das competências gerais dispostas para o desenvolvimento humano na educação formal, premissas para o desenvolvimento escolar, cabe destacar a sexta:

Valorizar a **diversidade de saberes e vivências culturais** e **apropriar-se de conhecimentos e experiências** que lhe possibilitem entender as **relações próprias do mundo do trabalho** e fazer escolhas alinhadas **ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida**, com **liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade**. (BRASIL, 2017, p. 7, grifo nosso)

Das ações dispostas, ausenta-se a perspectiva promotora da reflexão sobre a experiência humana no enlace indissociável história, materialidade e dialética. Assim, a diversidade de saberes quando deslocada da reflexão sobre a concretude da experiência humana permite uma seleção de objetos úteis à ordem vivida, ou seja, que podem ser valorizados na medida do pragmatismo vivido, fortalecendo a sua naturalização. Da apropriação de conhecimentos e experiências, quando ausente a reflexão pela concretude da experiência humana, torna-se possível o reconhecimento e a utilização de objetos úteis, da possibilidade de recortes aplicados sobre contextos aderentes aos objetos úteis, ou seja, uma utilidade guiada pelo pragmatismo vivido que despreza a complexidade da experiência humana, em que as relações capitais cotidianas são compulsão inevitável. Estas determinam possibilidades de trabalho, autonomia, consciência, responsabilidade e liberdade, ou seja, cidadania. As lutas por direitos são negligenciadas para serem inseridas na ordem naturalizada, isto é, a diversidade do saber e da cultura são aspectos a serem valorizados na medida das relações dominantes vividas.

1

O Discurso, o Utilitarismo e o Pragmatismo

2

Corpo normativo brasileiro sobre a educação: BNCC

3

Análise da BNCC: evidenciando objetos ideológicos conformadores

4

Considerações finais: da desilusão e inconformismo indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico: autores fundamentais

A utilidade se mostra guiada pelas relações próprias do mundo do trabalho, isto é, das relações naturalizadas perante a ausência de reflexão que supere o vivido. Do não questionamento por uma reflexão material, histórica e dialética, não é redundante expor que as relações de trabalho atendem, na ordem vivida, ao pragmatismo mercadológico, produtivismo e consumismo.

A cidadania se atrela ao mundo do trabalho, pois aquilo a que o sujeito dedica sua existência orienta o projeto de vida. A liberdade e a autonomia, então, desembocam na consciência e responsabilidade. Um ser consciente e responsável, concebido na e para a matriz individualista vivida, negligencia a complexidade do coletivo por uma redução deste ao ideário mercadológico individualista. Ausentando-se a reflexão sobre a estrutura produtiva opressiva e seus desdobramentos superestruturais, as significações podem assumir uma manipulação pela ordem mercadológica que se torna ordem social.

Do conjunto das competências gerais, é possível salientar as reflexões reunidas no quadro abaixo, que procuram explicar movimentos discursivos marcados por enunciados estruturados sobre ausências e negligências. Tal estruturação permeia o pragmatismo mercadológico e o utilitarismo que se projeta sobre o saber escolar:

Quadro V – Competências gerais e considerações em síntese

COMPETÊNCIAS (BRASIL, 2017, P. 7, GRIFO NOSSO)	REFLEXÃO POSSÍVEL
Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade , continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva .	Ausente reflexão sobre a experiência humana material, histórica e dialética do desenvolvimento dos sujeitos que se destina à valorização do que foi construído e se apresenta disponível para a utilização. Utilidade à estrutura que o cerca, uma realidade a ser compreendida, porém não consta a intenção de crítica. Resta, então, um conformismo. As lutas sociais que fundam a justiça, a democracia e a inclusão são negligenciadas pela não reflexão; assim, a necessidade e o objetivo são a adaptação dos indivíduos à ordem vivida, que, isenta de reflexão pela concretude da experiência humana, mostra-se naturalizada na forma das significações vividas, regidas pelo idealismo do ideário dominante;
Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências , incluindo a investigação , a reflexão , a análise crítica , a imaginação e a criatividade , para investigar causas , elaborar e testar hipóteses , formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.	Ao que atende a abordagem própria da ciência? Investigação? Reflexão? Análise crítica? Imaginação e criatividade? Diante da continuidade da disposição, em que pulsa a ausência de carga conceitual, resta um desembocar na procura de causas, testes, hipóteses, resolução de problemas, isto é, uma dureza mecânica regida pelo apelo lógico formal. Tal apelo pode definir o desenvolvimento intelectual desejado, inicialmente mencionado. Esta dureza se mostra atinente ao formalismo, da máxima relação de implicação lógica, causas e efeitos. Ocorre que este enlace de implicações pode desprezar a complexidade da concretude da experiência humana, ou seja, deposita o conhecer o mundo sobre a ideia de um linear contínuo evolutivo, racionalizado e simplificado, reduzido. O encadeamento de verdades, a melhoria contínua da vida, despreza a necessidade de refletir sobre a estrutura produtiva opressiva, ocultando-a como evolução humana promotora dos avanços vividos, possíveis e indissociáveis desta estrutura vivida naturalizada. Ausente a reflexão material, histórica e dialética. Negligenciados os contextos das lutas que regeram e regem o saber humano. A reflexão e a crítica como disposto é uma redução pelo refletir e criticar possibilidades de resolver problemas vividos, dissociados de um inconformismo para com a estrutura, associados a uma adaptação para contribuir com a sustentação e expansão da mesma;
Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais , das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.	Da valorização e a fruição da diversidade pulsam aspectos de celebração da diversidade, que não encontra, na reflexão sobre a concretude da experiência humana, necessidades e objetivos comuns à promoção da vida. Não encontra o reconhecimento de totalidades materiais, históricas e dialéticas conducentes da experiência humana. Nisto despreza a própria totalização exercida pelas relações capitais, assim estando o capital como condição natural percebida pela humanidade e não um idealismo individualista prejudicial em relacionais de opressão. Ausente a reflexão sobre a materialidade histórica das transformações das culturas e no contato entre as culturas, não há a intenção de refletir sobre a opressão existente, sobre a dominação ideológica e sobre a supressão cultural. Urge um ar de conciliação possível, possibilidades orientadas pelo que se pode perceber do mundo, inclusive participando, mas negligenciando lutas pela inserção do diverso no pragmatismo vivido;
Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica , para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo .	Do pragmatismo vivido urge um estrito saber utilizar saberes, projetando sentidos aderentes à estrutura vivida, pois esta não se mostra questionada no disposto, de tal maneira que os sentidos produzidos, nos mais diversificados contextos, reproduzem o ideário que domina e se torna ordem social. A ausência de reflexão sobre a estrutura opressiva conduz a uma negligência aplicada às lutas, pois tais embates podem e devem alcançar entendimento no interior da ordem naturalizada, que pode conduzir possibilidades para o entendimento mútuo;
Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.	Para a compreensão se associa uma utilização tecnológica orientada pelos sistemas digitais de informação e comunicação. Da crítica, da significação, da reflexão e da ética, resta um enlace que desemboca em concepções estritamente aderentes às ações de acesso, disseminação de informações, conhecimentos e soluções. Ou seja, a promoção de melhorias possíveis no interior da estrutura opressiva vivida, sem reflexão que questione a naturalização desta. Há um apelo ao individualismo, que revela a máxima dos ganhos individuais em detrimento do coletivo, pois o mesmo se mostra como uma convergência de autorias e protagonismos. Da ordem vivida, do capital em seu momento de aprofundamento neoliberal, a atomização dos seres se mostra marcante, necessária e objetivada pelo frenesi do produtivismo tecnológico, das novidades, das atrações tecnológicas que em muito não encontram a proteção à vida, mas, a promoção do consumismo, como ressaltou Baumann (2008), em que novidade se desvia até mesmo da busca por conhecimento e adere a possibilidades do mercado. Assim, o frenesi mercadológico do capital mundializado, a busca incessante por espaço de mercado, passa a dar significação às concepções mais diversas das relações humanas, em uma existência progressivamente pautada pelo imediatismo, negligenciando perspectivas não alcançadas pelas soluções deste imediatismo tecnológico.
Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade .	Das ações de valorização da diversidade dos saberes e vivências que se encontram na seara da preparação para as relações do mundo do trabalho, da cidadania possível mediada pelas relações produtivas vividas. A liberdade, a autonomia, a consciência e a responsabilidade, concepções que se prendem às possibilidades desdobradas do estrutural produtivo naturalizado. Ausente reflexão sobre a materialidade histórica que conduziu às transformações da estrutura produtiva, considerada inquestionável, de tal forma que o ser deve adequar suas possibilidades às do estrutural produtivo opressor, negligenciando a profundidade que rege a fragmentação social e as lutas de classes. Uma adaptação do indivíduo aos encaixes necessários e objetivados pela ordem pragmática conformadora, ordem que significa e ressignifica a liberdade, a autonomia, a consciência, a crítica e a responsabilidade dos sujeitos, na consciência, a crítica e a sustentação e expansão, indissociável de relacionais de opressão;
Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis , para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.	A argumentação se prende estritamente aos fatos, que se mostram atrelados ao enlace dados e informações. Assim, de mostros fatos sofrem um reducionismo pela ausência de reflexão material, histórica e dialética, ou seja, objetos narrados por uma fonte confiável, uma confiabilidade que se torna cabida pelo imediatismo informacional. Dos pontos de vista, cabe destacar que se ocupa de forjar os perfis individuais, que aceitam e replicam concepções indissociáveis ao vivido, em que os direitos humanos encontram significação pela ordem pragmática vivida. Da consciência socioambiental e do consumo, não é estranho destacar que surgem as necessidades e objetos circulantes nas informações regidas pelo imediatismo e pragmatismo vividos, que orientam a confiabilidade informacional. Não há reflexão que investigue o pragmatismo vivido como estrutura gestora da insustentabilidade para as relações humanas. Há menção a eufemismos circulantes que procuram, no interior da ordem vivida, sustentar e expandir a mesma, tais como consciência socioambiental e consumo responsável – negligenciando lutas e as inserindo nas possibilidades da ordem vivida, equilíbrios possíveis no e para o mercado;

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Diante das competências dispostas pela norma, falta um refletir que supere a compreensão, aceitação e inserção na ordem vivida. As disposições promovem ações que projetam um ser que valoriza, exercita, utiliza objetos compreendidos e argumenta a partir destes, ou seja, um saber fazer aderente às necessidades e objetivos da ordem que o cerca, naturalizada.

Observa-se que o corpo normativo percebe três seções que permitem explorar com mais detalhes a exposição de justificativas para as disposições. O documento incorpora uma breve digressão sobre normas superiores que condicionam a sua existência, sendo elas a CF/1988, LDB/1996 e Lei 13005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE).

Ao realizar exposição sobre marcos legais edificantes do universo educacional, explicita-se enlace normativo que projeta a necessidade jurídica, isto é, diversas disposições que no complexo normativo indicam a necessidade de regulação dos conteúdos e a forma como deve ser materializado o processo educativo. No tocante ao corpo constitucional, apresenta a seguinte passagem:

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, reconhece a educação **como o direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade** ao determinar que: **A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.** (BRASIL, 2017, p. 8, grifo nosso)

Menciona artigo pertencente à constituição federal cidadã. Elabora uma hermenêutica simplista, reducionista, em que a centralidade ocorre nos termos direito e dever. Estes atendem a entes indissociáveis, expressos pelos termos Estado, família e sociedade, contudo não questiona. Conceitua e reflete sobre como se mostra o direito, o dever, o Estado, a família e a sociedade considerando a experiência material, histórica e dialética humana. Disto, ressalta-se que ao pulsar ausente reflexão sobre a materialidade histórica conducente das transformações humanas, os significados se encontram nas relações vividas, um pragmatismo pelas demandas cotidianas, de forma que os termos surgem esvaziados de carga conceitual. São apenas mencionados, como se o conceito fosse desnecessário diante das relações naturalizadas, inquestionáveis; sendo desnecessária qualquer orientação para reflexão sobre tais termos e a materialidade histórica que conduziu transformações fundantes dos significados, das ideologias correntes na ordem vivida.

A hermenêutica presente na orientação, aderente ao artigo constitucional mencionado, denota uma simplificação, uma redução por desprezar reflexão sobre as concepções ideológicas que esclarecem necessidades e objetivos dos processos educacionais, expressos em termos como exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, estes também esvaziados de carga conceitual.

Não é estranho questionar o que representam os termos citados, cidadania e trabalho. Como estes termos representam estrutura objetiva, a materialização do enlace direito, dever, Estado, família e sociedade?

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Reforça-se que a ausência de uma reflexão materialista, histórica e dialética induz a um processo de significação que ocorre estritamente pelas relações objetivadas pelo pragmatismo vivido.

Buscando maior clareza às análises, cabe observar as demais normas trazidas como fundamento jurídico. Disto, a orientação procura uma comunicação entre a disposição constitucional e o infraconstitucional legal referente à educação, LDB/1996:

Para atender a tais finalidades no âmbito da **educação escolar**, a Carta Constitucional, no artigo 210, já reconhece a necessidade de que sejam "fixados **conteúdos mínimos** para o ensino fundamental, de maneira a assegurar **formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais**" (BRASIL, 1988, grifo nosso). Com base nesses marcos constitucionais, a LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma que cabe à União:

Estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e Municípios, **competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio**, que **nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos**, de modo a assegurar **formação básica comum** (BRASIL, 1996; ênfase adicionada). (BRASIL, 2017, p. 8, grifo nosso)

Nota-se a centralidade pela educação escolar, universo que representa o processo educativo formal básico. Ocorre a necessidade de uma formalização que conduza à absorção, aceitação, do que atende por conteúdos mínimos que atendem por formação básica comum. Novamente, não prescinde questionar a que se referem os termos mínimo e básico. Qual necessidade deve contemplar? Quais objetivos devem atingir? Diante do vazio conceitual, este que adere a ausência de reflexão com olhar material, histórico e dialético adere a uma ideologia que resta implícita por este vazio, ou seja, torna-se possível que o processo de humanização sofra um reducionismo pelo mínimo que forja um ser básico comum na medida das necessidades e objetivos da ordem vivida. Tal reducionismo se mostra um saber adaptável, mutável, pois deve respeitar, ou seja, acessar a diversidade cultural, indissociável da relação tempo e espaço, porém uma diversidade que encontra convivência nas possibilidades da ordem vivida.

O processo de humanização, como expõe Lukács (1979), Mézarós (2008) e Leontiev (1978), encontra-se no desenvolvimento humano em prol da potência humana social para libertação das necessidades materiais. Ou seja, trata-se do bem comum que conduz a potência humana social pelos caminhos da preservação da vida.

De tal forma, a humanização encontra premissa na reflexão sobre a concretude da experiência humana histórica em transformação e não na idealização de um núcleo útil a ser absorvido, replicado como uma verdade absoluta, compreendido e empregado, que padronize o desenvolvimento pelo pragmatismo vivido como condição humana natural inviolável, isenta de questionamentos indissociáveis da reflexão, da dúvida e do inconformismo.

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Processos educativos promotores do mínimo, da conformação que padroniza, não apresentam aderência ao bem comum, mas a um comum útil às necessidades e objetivos da ordem ideológica que rege o cotidiano, o imediato das relações de ganho particular possível, das relações capitais, o mercado e o individualismo. A reflexão pulsa, então, suprimida pela significação na medida das relações do olhar pragmático cotidiano, que se sustenta e expande como ordem social naturalizada. Continuando a leitura do documento em questão, vale salientar aquilo que está disposto diante das demais normas avocadas:

Em 2010, o CNE promulgou novas DCN, **ampliando e organizando o conceito de contextualização** como **“a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”**, conforme destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/2010. Em 2014, a Lei nº 13.005/2014 promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a necessidade de:

estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], **diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento** dos (as) alunos (as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as **diversidades regional, estadual e local** (BRASIL, 2017, p. 10, grifo nosso)

A abordagem que intenciona tentativa de conceituar o termo contextualização se mostra reveladora, pois a contextualização se mostra estritamente imediatista, ausente reflexão material, histórica, dialética e sobre a potência humana. As ações se prendem à inclusão de tudo e todos na ordem vivida. Da valorização do diferente, não há menção de compreensão, de entendimento, de reflexão sobre lutas e transformações, que são negligenciadas na estrita possibilidade de reduzir experiências à valorização frente à experiência atualmente vivida, como um desembocar natural, inevitável, naturalmente humano.

Paradoxalmente, a contextualização se mostra como uma redução que recorta objetos úteis a quem olha, na medida do pragmatismo que forjou seu olhar. Este reducionismo, dito contextualização, representa uma descontextualização pela tendência às ausências e negligências.

Tais pulsam implicitamente na disposição sob o disfarce do eufemismo promoção da diversidade, pluralidade, diferenças e no contemporâneo, mas permite a promoção das possibilidades da vida estritamente no interior da ordem vivida.

Da reincidência da ausência reflexiva, cabe ressaltar que tal traço marca o documento normativo, mas o documento de caráter orientativo deveria aprofundar e estabelecer maiores esclarecimentos sobre as disposições das normas superiores, operando com menor vazio conceitual. Disto resta que a orientação pouco ilumina questões econômicas e sociais, desviando-se do esclarecimento.

Da reincidência a um apelo por rol de saberes comuns, ressalta-se que este procura se mostrar como representante dos direitos e objetivos para aprendizagem, representante do desenvolvimento e promoção da diversidade.

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Tal apelo se mostra urgente, mas não explica a referência para o comum, um vazio conceitual, as já observadas ausências e negligências.

Torna-se possível observar a inviolabilidade de buscar no documento maiores explicações sobre a referência deste mínimo, saber comum, núcleo que forja o ser padronizado. Tal referência se situa na busca por responder qual o vivido expresso no documento.

Cabe reforçar que o documento anuncia conter menção sobre objetivos que conduzam à percepção das necessidades. A investigação do enlace necessidade e objetivo pode clarear a referência até então implícita. Insta colacionar que:

Nesse sentido, consoante aos marcos legais anteriores, o PNE afirma a **importância de uma base nacional comum curricular para o Brasil**, com o foco na aprendizagem como estratégia para fomentar a **qualidade da Educação Básica** em todas as etapas e modalidades (meta 7), referindo-se a **direitos e objetivos de aprendizagem** e desenvolvimento. Em 2017, com a alteração da LDB por força da Lei nº 13.415/2017, a legislação brasileira passa a utilizar, concomitantemente, duas nomenclaturas para se referir às finalidades da educação: Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular **definirá direitos e objetivos** de aprendizagem do ensino médio, conforme **diretrizes do Conselho Nacional de Educação**, nas seguintes áreas do conhecimento [...] Art. 36. § 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas **competências e habilidades** será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino (BRASIL, 2017, p. 8; BRASIL, 2017, p. 10, grifo nosso)

O comum se revela nos objetivos que representam o pragmatismo vivido, pois ausenta-se carga conceitual, reflexão material, histórica e dialética. Pragmatismo conduz às necessidades indissociáveis dos objetivos. A qualidade do processo educacional encontra sentido pelas condições estipuladas nas relações vividas. Este enlace necessidade e objetivo pragmático se mostra na organização do saber, que encontra concentração no termo competência associado à habilidade.

Diante da exposição na norma dos fundamentos pedagógicos, com foco nas competências, explicita posicionamento político, ou seja, a carga ideológica que permeia o documento normativo, convergindo na concepção de competência:

O conceito de competência, adotado pela BNCC, marca a discussão pedagógica e social das últimas décadas e pode ser inferido no texto da LDB, especialmente quando se estabelecem as finalidades gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (Artigos 32 e 35). Além disso, desde as **décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI, o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos**. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol)**. (BRASIL, 2017, p. 11, grifo nosso)

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Como explicou Chauí (2001, 2007), a mundialização do capitalismo vem projetando necessidades e objetivos no desenvolvimento humano, na educação formal, daquilo que se torna necessário para sustentação e expansão das relações capitais, o pragmatismo mercadológico. Mézarós (2008), Chauí (2001) e Lessa (2013) já explicaram que o processo educativo formal sucumbe perante a ideologia dominante, que se mostra como ordem social, domina a sociedade civil pela introjeção ideológica, forjando intelectualidades, domina a sociedade política e, assim, dispõe da força normativa e coercitiva, como explicou Gramsci (2004).

Ao avocar as discussões das últimas décadas, ao centrar esforços no desenvolvimento de competências como olhar fundamental pedagógico, adere a termos que coadunam com organismos mercadológicos internacionais, tal como a citada OCDE, assim denotando explicitamente a tendência para supressão de possibilidades não interessantes ao capital mundial.

Este olhar pragmático de mercado projeta, então, um utilitarismo para o desenvolvimento humano, para a educação formal básica, que possui grande poder de convencimento e formação ideológica, como ressaltou Duarte (2001) e Tonet (2006).

Pretende, assim, a formação de um ser útil, que agregue o saber sobre fazeres úteis, não reflexivos, a-históricos, a-políticos; um ser útil pela flexibilidade frente às demandas do imediatismo mercadológico, que se mostra como ordem social naturalizada globalmente:

A sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado. No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. [...] Independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas **com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea.** Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir. (BRASIL, 2017, pp. 12-13, grifo nosso)

Explicita-se o apelo à sociedade contemporânea, imediata, assim ausentando-se e negligenciando-se o olhar material, histórico e dialético. Do imediatismo pragmático das relações vividas, que pode, então, definir na medida de suas necessidades e objetivos o processo educacional: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem, como avaliar o processo. De tal perspectiva, o pragmatismo das relações vividas assume a totalidade da educação formal, atingindo a totalidade dos currículos, assim encontrando potência para forjar intelectualidades no caminho da sustentação e expansão das relações pragmáticas mercadológicas.

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Da passagem supracitada, o utilitarismo atinente ao pragmatismo mercadológico se mostra mais detalhadamente, pois considera que as necessidades e objetivos que moldam a totalidade do percurso que forja o desenvolvimento humano devem atender estritamente ao novo cenário mundial, que se mostra marcado pela mundialização capital e o frenesi da financeirização sob anseios neoliberais.

O cenário mundial não sofre questionamento, assim se naturalizado. Surgem termos continuamente empregados, reincidentes no corpo do documento, tais como: reconhecimento em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, aberto ao novo, analítico e crítico, entre outros.

Estes termos desembocam em outros, tais como as competências, o aprender a aprender e aplicar conhecimentos para resolver problemas, entre outros, que encontram centralidade ao fim da disposição pelas necessidades, possibilidades e interesses atinentes aos desafios da sociedade contemporânea. Demonstram, de maneira geral, um aprisionamento pelo imediatismo informacional, este movimentado pelo pragmatismo mercadológico vivido. Pulsa certo eufemismo e busca por mais que a condição de acumular informações. Desta, cabe ressaltar que se mostra como uma condição de evolução para manipular informações diante do frenesi informacional dissociado das relações capitais mercadológicas, isentas de reflexão e possibilidades de inconformismo.

Ou seja, a produção e responsabilidade se prendem pela formação humana considerada estritamente no contexto da dita cultura digital para resolução de problemas de forma autônoma, tomada de decisões e pró-atividade. Assim, os indivíduos lutam por um lugar na ordem vivida; luta que apresenta a adaptação inviolável às necessidades e objetivos na medida das aptidões concebidas no pragmatismo mercadológico. O imediatismo que exige frequente adaptação já fora explicado por Duarte (2001), da relação competência e aprender a aprender, da vida que segue as novidades da relação produtivismo e consumismo no frenesi do mercado, que procura superar quedas de lucratividade ou superar taxas de lucratividade.

O processo de justificação se expande, assim encontrando elementos no desenvolvimento individualizado, promovendo um olhar de convivência possível e fomentando o individualismo.



1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

No Brasil, um país caracterizado pela **autonomia dos entes federados**, acentuada **diversidade cultural e profundas desigualdades sociais**, os sistemas e redes de ensino **devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais**. Nesse processo, a BNCC desempenha papel fundamental, pois explicita as **aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas**. Essa igualdade deve valer também para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica, sem o que o direito de aprender não se concretiza. **O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado**. São amplamente conhecidas as enormes **desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias**. Diante desse quadro, as decisões curriculares e didáticopedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração **a necessidade de superação dessas desigualdades**. Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com **um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes**. (BRASIL, 2017, p. 13, grifo nosso)

Neste momento, ausências e negligências em prol de um utilitarismo pragmático mercadológico se tornam pulsantes na valorização do interesse particular e na máxima do individualismo em detrimento do coletivo. Termos como autonomia, diversidade cultural e desigualdades sociais convergem em outros como necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes, assim representados como aspectos que se prendam a identidades linguísticas, étnicas e culturais. Estes termos se mostram esvaziados de carga material, histórica e dialética, esvaziados da experiência humana concreta, como já foi percebido em outros momentos do documento, tornando-se passíveis de significação estrita pelo vivido.

O pragmatismo mercadológico vivido realiza uma totalização histórica, como exposto por Chauí (2001, 2007). Desta totalização, o mercado passa a definir aquilo que é racional ou irracional e se apropria do conhecimento humano.

Da apropriação do conhecimento da humanidade pelas relações capitais, torna-se necessário denotar as convulsões da pós-modernidade e o ideário pós-estruturalista. Neste enlace, circula um abandono da veia combativa, como explicou Silva (2009).

Assim, resta a estrita celebração da diversidade, onde surge dominante um relativismo, ou seja, tudo pode existir imerso na única ordem social que representa a natureza humana, o mercado, em que as experiências humanas são significadas e valoradas na medida das relações do capital mundializado, seguindo a racionalidade pragmática de mercado.



1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Ressalta-se que as necessidades, possibilidades e interesses dos alunos, bem como identidades étnicas e culturais, desembocam no relacional das desigualdades educacionais, que são tratadas pelo relacional raça, sexo e condição socioeconômica. Implicitamente ausente reflexão sobre a ordem opressiva que promove a desigualdade econômica, esta prejudicial ao desenvolvimento humano e que surge como certa desigualdade, descolada da totalidade que realiza nas biografias, na experiência humana, descolada de uma condição ideológica idealista pautada pelo individualismo em detrimento do coletivo.

A autonomia do ser e a diversidade dos grupos se mostram como coisas dissociadas da ordem opressiva dominante. Tal ordem é materializada em uma ordem mercadológica naturalizada, inquestionável. Assim, as lutas de classes são distanciadas dos aspectos econômicos opressivos.

Tal distanciamento possibilita o relativismo, pelo individualismo, de interesses particulares atomizados, ou seja, das necessidades dos sujeitos e grupos que podem estritamente encontrar satisfação nas possibilidades da estrutura vivida.

Expõe como necessário superar o quadro desigual, porém reforça o individualismo e o interesse particular ao concentrar esforços no reconhecimento das necessidades e possibilidades diferentes dos estudantes. Ao não questionar a ordem pragmática mercadológica opressiva, naturaliza a marginalização, o relacional opressor e oprimido e naturaliza que as possibilidades de vida retem regidas pela condição econômica, mesmo que esta traga detrimento à potência humana dos sujeitos; mesmo que ela traga

detrimento à potência humana coletiva pela marginalização de tantos; mesmo que os conflitos sociais se mostrem uma constante pela desigualdade econômica marginalizante e pela fragmentação do coletivo humano pelo estrito interesse particular, o já mencionado idealismo do individualismo.

Da aderência ao idealismo individualista, revela-se o detrimento do coletivo, sendo preciso ressaltar que, como explicou Marx (1999), Lukács (1979) e Mézarós (2006, 2008), entre outros, a coletividade não existe em oposição à individualidade. Da experiência humana material, histórica e dialética, pulsa um ser progressivamente menos natural e mais social, moldado pela capacidade produtiva coletiva que transforma suas relações. Esta capacidade permite a libertação das necessidades materiais em promoção da preservação da vida, sendo esta preservação a potência humana.

Liberto das necessidades materiais comuns, como habitação, alimentação, medicamentos e mobilidades, o ser coletivo acumula experiências que permitem sustentar e expandir a liberdade, inclusive a individual diante do desenvolvimento humano que humanize os sujeitos, como evidenciou Duarte (2001), assim encontrando suas descobertas sobre o mundo e sobre sua existência.

Este documento normativo influencia os desdobramentos curriculares, o que se mostra nos objetivos pragmáticos pela ordem vivida na forma de ações específicas, organizadas no quadro VI:

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Quadro VI - Ações propostas pela BNCC

AÇÕES PROPOSTAS (BRASIL, 2017, P. 14-15, GRIFO NOSSO)	REFLEXÃO POSSÍVEL
<p>contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas;</p>	<p>A contextualização dos conteúdos se desdobra na intenção de encontrar significados estritamente na realidade do lugar e do tempo em que ocorre o aprender. Não se trata do lugar e do tempo em que o conhecimento está situado, sendo uma adaptação ao vivido. Não há questionamento sobre o vivido ou reflexão sobre o histórico, sobre a materialidade das relações que transformaram o ser humano. O acesso à realidade se torna uma compreensão e aceitação. Do pragmatismo mercadológico regente das relações humanas, insta ausência de reflexão sobre a concretude da experiência humana, assim instando a negligência sobre as lutas que permeiam a constituição da realidade;</p>
<p>decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem;</p>	<p>A decisão sobre formas organizacionais interdisciplinares do currículo e o fortalecimento da competência pedagógica das equipes encontra a elaboração de estratégias dinâmicas, interativas e em colaboração. Reforça-se, porém, a ausência de investigação socioeconômica e as dificuldades que disto se desprendem. O processo de ensino e aprendizagem se mostra descolado, possível de melhoria estritamente no esforço docente. Opera, então, a replicação do que é necessário e objetivado no corpo normativo como comum, saber mínimo básico, pois tais essências dirigem as comunicações entre saberes, conteúdos e experiências, um mínimo básico que em muito atende ao pragmatismo mercadológico dominante e sua intenção de flexibilidade. Aprender a aprender, é preciso um ser competente para criar soluções sem ferir a estrutura opressiva e o corpo ideológico dominante;</p>
<p>selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização etc.;</p>	<p>Da seleção e aplicação de métodos, estratégias e didáticas, coisas diversas atinentes a uma individualização do saber na medida de interesses particulares em diversidade. Tais interesses não questionam a estrutura opressiva, sendo tratados mediante o não questionamento nas possibilidades de alcançar satisfação na estrutura vivida naturalizada. Novamente, a reflexão pela concretude da experiência humana se mostra ausente. Assim, as diferenças perante o relacional opressor e oprimido não se mostram, são relativizadas como passíveis de adaptação à ordem vivida, ou seja, ocorre a relativização das lutas e a ocultação da totalidade mercadológica opressiva;</p>
<p>conceber e pôr em prática situações e procedimentos para motivar e engajar os alunos nas aprendizagens;</p>	<p>A concepção e prática se destinam estritamente às situações e procedimentos, ou seja, ao imediato vivido. Procedimentos tratam da aplicabilidade do saber no imediato vivido. De tal forma, a ordem vivida é o motor que motiva, engaja e movimenta o desenvolvimento. Ausente-se reflexão sobre a complexa experiência humana histórica, marcada por processos sociais e econômicos, rupturas e continuidades e totalização ideológica moderna e pós-moderna. Nesta ausência, as situações surgem como um cenário reducionista onde a situação prática procedimental aproveita apenas aquilo que é útil ao olhar dos sujeitos, que são forjados pelas relações vividas. Assim, o olhar pode aderir estritamente ao vivido, naturalizado.</p>
<p>construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos;</p>	<p>Tal construção e aplicação de procedimentos avaliativos como colocado permitem um olhar que considera o processo educativo e seus resultados na medida do estrito contexto local, recortado de uma reflexão pela complexidade histórica, material e dialética, e da condição para aprender, também recortada das relações pragmáticas vividas. Esta concepção de contexto e condição para aprender não aderem à reflexão sobre estrutura que projeta na educação necessidades e objetivos que sustentam e expandem as relações vividas. Os contextos e as condições são tratados como determinantes que individualizam a forma de perceber o êxito ou o fracasso, seja do trabalho docente ou do desempenho dos alunos. Ausente reflexão pela concretude da experiência humana e negligenciadas as lutas sociais da realidade dos sujeitos, a estrutura e das escalas opressivas que fragmentam a sociedade se mostram naturalizadas. Trata dos indivíduos, dos interesses individuais considerados possibilidades de adequação à ordem vivida;</p>
<p>selecionar, produzir, aplicar e avaliar recursos didáticos e tecnológicos para apoiar o processo de ensinar e aprender;</p>	<p>Pulsa relativismo projetado na didática, pois sobra relativismo aplicado sobre teorias. Ou seja, a ação docente se prende pela seleção, produção e avaliação de recursos. Nada se esclarece sobre os critérios deste enlace, que ocorrem na medida das necessidades e objetivos aderentes à ordem vivida, diante da reincidência de ausências e negligências no corpo da norma, e do que pode ser percebido pela reincidente orientação pelo cotidiano contemporâneo da cidadania e trabalho atinentes às relações vividas não questionadas. Ensinar e aprender, um enlace que projeta na educação o necessário e objetivado pela ordem pragmática vivida, já que esta está isenta de reflexão e naturalizada, pois até este momento a reflexão material, histórica e dialética se mostra ausente e as lutas sociais, negligenciadas. Da ordem vivida, circula uma tendência ao que Duarte (2001) chamou de ecletismo sobre as perspectivas educacionais, o relativismo que pode a tudo inserir e adaptar ao pragmatismo vigente, retirando o que é útil e excluindo o que julgar inútil, assim compondo um utilitarismo sobre a didática e a orientação do sujeito educador;</p>
<p>criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem;</p>	<p>Da criação e disponibilização de materiais orientadores para os docentes. Da manutenção de um processo contínuo de aperfeiçoamento. Tais aspectos tratam tanto do processo de ensino e aprendizagem quanto da gestão. Insta que para estas movimentações, diante do vazio conceitual e histórico, material e dialético sobre as transformações humanas do saber e do processo educacional, resta uma absorção de caráter apolítico e a-histórico para a capacidade criativa e formação docente, bem como, para a gestão pedagógica e curricular. Assim, a partir de uma coerência documental indispensável para a existência de poder normativo, a constituição do corpo docente como intelecto replicador do ideário pragmático se mostra como necessidade e objetivo. Portanto, o conhecimento replicado com ações que se omitem da reflexão permite a estrita adaptação dos professores ao formal comum pragmático, moldando sua atividade.</p>
<p>manter processos contínuos de aprendizagem sobre gestão pedagógica e curricular para os demais educadores, no âmbito das escolas e sistemas de ensino.</p>	<p>Da criação e disponibilização de materiais orientadores para os docentes. Da manutenção de um processo contínuo de aperfeiçoamento. Tais aspectos tratam tanto do processo de ensino e aprendizagem quanto da gestão. Insta que para estas movimentações, diante do vazio conceitual e histórico, material e dialético sobre as transformações humanas do saber e do processo educacional, resta uma absorção de caráter apolítico e a-histórico para a capacidade criativa e formação docente, bem como, para a gestão pedagógica e curricular. Assim, a partir de uma coerência documental indispensável para a existência de poder normativo, a constituição do corpo docente como intelecto replicador do ideário pragmático se mostra como necessidade e objetivo. Portanto, o conhecimento replicado com ações que se omitem da reflexão permite a estrita adaptação dos professores ao formal comum pragmático, moldando sua atividade.</p>

Fonte: Confeccionado pelo autor.

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Do até o momento exposto, cabe ressaltar que o relativismo atinente aos interesses particulares que podem coexistir na ordem vivida se mostra em amplitude no trecho abaixo:

Essas decisões precisam, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequados às **diferentes modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância)**, atendendo-se às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais. No caso da Educação **Escolar Indígena**, por exemplo, **isso significa assegurar competências específicas com base nos princípios da coletividade, reciprocidade, integralidade, espiritualidade e alteridade indígena**, a serem desenvolvidas a partir de suas culturas tradicionais reconhecidas **nos currículos dos sistemas de ensino e propostas pedagógicas das instituições escolares**. Significa também, em uma perspectiva intercultural, considerar seus projetos educativos, suas cosmologias, suas lógicas, seus valores e princípios pedagógicos próprios [...] (BRASIL, 2017, p. 15, grifo nosso)

Pulsa um ar eufêmico na ideia de adequação da organização curricular pelas diferentes formas de ensino e pela diversidade social e cultural; adequação que atende à concepção de competências específicas. Tal especificidade é tratada rejeitando a promoção da reflexão, apropriando-se de termos como coletividade, reciprocidade, integralidade e espiritualidade, entre outros, para implicitamente forjar no currículo um relativismo que individualiza interesses, ou seja, que permite significar as culturas pelo produto residual destas diante da ordem vivida.

Assim, os povos e as lutas sociais podem encontrar significados no interior da evolução contínua linear proposta pelas relações capitais. Do processo de melhoria que a ordem vivida, inevitável e natural e a evolução social humana podem hoje oferecer. A perspectiva intercultural permeada de ausências e negligências conduz uma adequação cultural ao vivido. Ao fazer referência, especificamente, a um regime colaborativo entre a União, Estados e municípios, torna-se indispensável observar que:

A primeira tarefa de responsabilidade direta da União será a **revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC**. A ação nacional será crucial nessa iniciativa, já que se trata da esfera que responde **pela regulação do ensino superior, nível no qual se prepara grande parte desses profissionais**. Diante das evidências sobre **a relevância dos professores e demais membros da equipe escolar para o sucesso dos alunos**, essa é uma ação fundamental para a implementação eficaz da BNCC. Compete ainda à União, como anteriormente anunciado, promover e coordenar ações e políticas em âmbito federal, estadual e municipal, **referentes à avaliação, à elaboração de materiais pedagógicos e aos critérios** para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. (BRASIL, 2017, p. 19, grifo nosso)

A intelectualidade docente representa objeto fundamental para a conformação normativa. Gramsci (1975, 2004) esclarece que os intelectuais representam corpo fundamental para sustentação e expansão da dominação ideológica. Assim, a revisão da formação acadêmica docente, incorporando necessidades e objetivos pragmáticos, seja por vazios conceituais ou ausências e negligências, apresenta-se como maneira de dar segurança à replicação ideológica. Uma conformação orientada pelo sucesso dos estudantes, este atrelado estritamente ao que as disposições em vaguidade permitem, ou seja, êxitos possíveis na lógica de adequação ao vivido.

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Do até aqui exposto, é possível observar a estrutura da norma. Desta, torna-se possível o esquema II, que sintetiza campos de interesse; estrutura que serve de caminho para análises futuras que procuram perceber como o corpo normativo atinge o saber matemático:

Esquema II – Organização BNCC/2017 para análises



Fonte: Confeccionado pelo autor.

Assim, torna-se necessário pontuar que a norma possui diversas categorias que concentram codificações para o leitor, porém a concentração das análises atende às definições das competências gerais na abertura dos capítulos fundamental e médio e nas competências específicas da área de matemática.

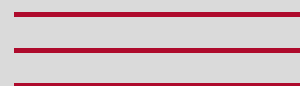




3.1

Ensino

Fundamental





Nesta fase da educação formal, é preciso notar que pulsa uma divisão entre os anos iniciais e finais, porém, independentemente desta separação, a linha condutora se mostra amparada por aspectos que ratificam o utilitarismo em prol do pragmatismo vivido:

Quadro VII – Enunciados de interesse - anos iniciais

Trecho 1) As experiências das crianças em seu contexto familiar, social e cultural, suas memórias, seu pertencimento a um grupo e sua interação com as mais diversas tecnologias de informação e comunicação são fontes que estimulam sua curiosidade e a formulação de perguntas. O estímulo ao pensamento criativo, lógico e crítico, por meio da construção e do fortalecimento da capacidade de fazer perguntas e de avaliar respostas, de argumentar, de interagir com diversas produções culturais, de fazer uso de tecnologias de informação e comunicação, possibilita aos alunos ampliar sua compreensão de si mesmos, do mundo natural e social, das relações dos seres humanos entre si e com a natureza. (BRASIL, 2017, p. 54)

Trecho 2) Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender. Ampliam-se a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente. (BRASIL, 2017, p. 55)

Trecho 3) As características dessa faixa etária demandam um trabalho no ambiente escolar que se organize em torno dos interesses manifestos pelas crianças, de suas vivências mais imediatas para que, com base nessas vivências, elas possam, progressivamente, ampliar essa compreensão, o que se dá pela mobilização de operações cognitivas cada vez mais complexas e pela sensibilidade para apreender o mundo, expressar-se sobre ele e nele atuar. (BRASIL, 2017, pp. 54-55)

Trecho 4) Nesse sentido, também é importante fortalecer a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação. (BRASIL, 2017, pp. 56)

Fonte: Confeccionado pelo autor.

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Os trechos colacionados no quadro VII procuram centralidade no contexto da criança, porém permitem ausência da reflexão sobre a estrutura opressiva e seu pragmatismo.

De tal maneira, o contexto vivido pelo sujeito encontra aderência por termos como a experiência familiar, social e cultural, que são tratados como estímulo para o pensamento criativo, lógico e crítico. Assim, o sujeito pode alcançar compreensão sobre si e sobre o mundo, conforme o trecho 1. Do que objetivamente, materialmente, torna-se necessário questionar quanto à fome da criança, a falta de moradia, a falta de saneamento, a falta de transporte, o desemprego dos genitores e a baixa ou inexistente capacidade de sobrevivência. Isto é, estas experiências sem reflexão sobre a experiência humana histórica e material, que por diversas transformações denota relacionais de opressão e que na modernidade e pós-modernidade naturalizaram certa estrutura produtiva opressiva se tornam que estímulos? Levam a que compreensão de si e do mundo?

Do segundo trecho, é possível ampliar o disposto anteriormente, ocorre uma valorização da experiência estética e intercultural. Fia-se pelo compreender, pela autonomia. Todavia, compreensão e ser autônomo desembocam em normas e interesses pela vida social, ausentando-se reflexão sobre a concretude da experiência humana que conduziu o vivido. Vibra a intenção de um contemplação daquilo que é vivido, replicando-o diante da aceitação de sua coerência formal, como ensinou Bakhtin (2008).

O enlace contemplação, aceitação e replicação do formal aderente ao vivido se mostra mais claro ao se remeter ao aprendizado das normas e aos interesses sociais. Como foi exposto por Wood (1996), ocorre uma maturidade do capital em sua dominação global. Dela, surge o mercado como ordem social que dita normas de convivência. Assim, os interesses particulares se mostram atomizados na medida das necessidades e objetivos do capital mundializado, convergindo estritamente no mercado.

O formal estético que opera um convencimento se apresenta explicado no terceiro e quarto trechos, pois há um enlace entre a fundação da instituição escolar organizada sobre os interesses imediatos dos sujeitos e a necessidade objetivada como capacidade de possuir ferramenta para acessar e interagir criticamente acerca de conhecimentos e informações. Ou seja, uma crítica orientada a partir do imediato que se conhece sobre o mundo, mas não reflete sobre a materialidade histórica e dialética que permeia as relações vividas.

Aquilo que esta pesquisa observa como prejudicial não é a necessidade de considerar o vivido, mas a cega conformação para com o vivido diante da ausência de uma clara proposição reflexiva que possibilite desconstruir a naturalização do pragmatismo dominante.

Assim é imprescindível notar o enlace informacional em que a reflexão é disposta; uma reflexão dita profunda que disfarça um processo adaptativo em relação à ordem vivida, ou seja, a crítica se prende à capacidade de avaliar conteúdos e às múltiplas ofertas do imediato midiático:

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Todo esse quadro impõe à escola desafios ao cumprimento do seu papel em relação à formação das novas gerações. É importante que a instituição escolar preserve seu compromisso **de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais**. Contudo, também é imprescindível que **a escola compreenda e incorpore mais as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e também de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital**. (BRASIL, 2017, p. 57, grifo nosso)

Os termos reflexão, análise e crítica, como estão presentes na norma, mostram-se esvaziados, desembocam na estrita capacidade de avaliar o conteúdo, ou seja, dos recortes que alcançam a percepção diante do utilitarismo para com o pragmatismo vivido. O utilitarismo se mostra ainda mais presente pela aderência da avaliação do conteúdo a um complexo bombardeio informacional das mídias digitais. Pulsa uma aderência às movimentações informacionais midiáticas, dos movimentos que se projetam do imediatismo cotidiano, que atende às relações dominantes, o mercado. Os conteúdos como recortes utilitários se mostram, em profundidade, pela ausência de fundamento pela concretude da experiência humana histórica. Assim, os conteúdos podem aderir a significados por uma suposta neutralidade a-política que considera o saber inserido em uma evolução contínua linear indissociável das relações capitais que se totalizaram. Há um utilitarismo implícito ali.

O caráter utilitarista percebido se mostra progressivo, avança nas disposições sobre os anos finais, sendo assim possível realizar o destaque abaixo:

Quadro VII – Enunciados de interesse - anos iniciais

Trecho 1) Nessa direção, no Ensino Fundamental – Anos Finais, a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio. Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro, e de planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social. (BRASIL, 2017, p. 58)

Trecho 2) Em todas as etapas de escolarização, mas de modo especial entre os estudantes dessa fase do Ensino Fundamental, esses fatores frequentemente dificultam a convivência cotidiana e a aprendizagem, conduzindo ao desinteresse e à alienação e, não raro, à agressividade e ao fracasso escolar. Atenta a culturas distintas, não uniformes nem contínuas dos estudantes dessa etapa, é necessário que a escola dialogue com a diversidade de formação e vivências para enfrentar com sucesso os desafios de seus propósitos educativos. (BRASIL, 2017, p. 58)

Trecho 3) A compreensão dos estudantes como sujeitos com histórias e saberes construídos nas interações com outras pessoas, tanto do entorno social mais próximo quanto do universo da cultura midiática e digital, fortalece o potencial da escola como espaço formador e orientador para a cidadania consciente, crítica e participativa. (BRASIL, 2017, p. 58)

Fonte: Confeccionado pelo autor.

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Dos trechos acima colacionados, resta explicar que o primeiro atende a um utilitarismo orientado pelas possibilidades dos sujeitos diante da estrutura vivida, inquestionável.

Ocorre uma individualização dos sujeitos diante de interesses estritamente atomizados. A convergência de tais interesses ocorre estritamente no pragmatismo vivido, mascarado, invisível, não criticado, o mercado.

É interessante notar o apelo ao futuro dos sujeitos, ao desenvolvimento individual em potência destinado a interesses de cada um, distanciando reflexão sobre o enlace histórico e material que conduziu e conduz as transformações humanas. Neste enlace, o desenvolvimento individual se mostra indissociável do desenvolvimento coletivo, não havendo lugar para a estrita reflexão que individualize o desenvolvimento dos sujeitos, isolando-os da complexidade produtiva e política, aspecto presente na normativa.

Do segundo trecho, ideologicamente liberal ou neoliberal, o desinteresse, a alienação, a agressividade e o dito fracasso são concebidos como acontecimentos individualizados. Resta ausente a reflexão sobre a ordem opressiva que marginaliza, fragmenta o coletivo em uma escala opressiva e alimenta os atritos sociais.

Ademais, o esvaziamento dos termos se mantém reincidente, conceitual. Tal vazio permite ressignificação de termos na medida dos interesses da ordem vivida.

Assim, por exemplo, o termo alienação, como explicou Marx (1999, 2013), Lukács (1979), Mészáros (2006) e Lessa (2013), entre outros, não se refere a um fracasso individualizado.

Concepção indissociável da teoria materialista, histórica e dialética, termo que se mostra indevidamente apropriado pelo pragmatismo mercadológico. No processo de idealização, concepção sobre certa possibilidade – a ideia e a objetivação, realização do idealizado – materialização em instrumentos, saberes, coisas que transformam as relações humanas, a alienação se mostra como exteriorização da intelectualidade em certo objeto. A alienação atende a este momento em que dos sujeitos, de suas experiências coletivas que influenciam as experiências individuais, projeta-se algo novo, criado, antes inexistente naturalmente.

Porém, as relações de opressão, tal como o capital e o ideário estrito individualista, negativam a alienação, conduzindo um processo de estranhamento, como explicou Lukács (1979), ampliando a investigação de Marx (1999). Neste processo de estranhamento, o sujeito não se reconhece no produto de sua obra. O ser humano, a humanidade não se reconhece no produto de sua obra.

A atividade humana produtiva deixa de se orientar pela proteção à vida, pela libertação das necessidades materiais, e passa a seguir as estritas possibilidades de ganhos particulares, do acúmulo de uns em detrimento de outros, da conversão da vida em mercadoria, do tempo em tempo à venda nas relações de compra de trabalho. Assim, a capacidade de sobreviver ou melhorar de vida ocorre estritamente nas relações produtivas opressivas.

Das considerações até o momento, torna-se possível a investigação das disposições específicas sobre o conhecimento matemático diante do ensino fundamental.



3.1.1

Do saber matemático



1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Da matemática encontrada nas disposições, é interessante observar a passagem de abertura. Esta expõe saberes como ideias fundamentais, ou seja, lógicas, absolutas. Tal ar absoluto permite o desprezo pela concretude complexa da experiência humana, que, em uma longa movimentação, com rupturas, discussões e lutas, conduziu tais saberes:

Com base nos recentes documentos curriculares brasileiros, a BNCC leva em conta que os diferentes campos que compõem a Matemática **reúnem um conjunto de ideias fundamentais que produzem articulações entre eles: equivalência, ordem, proporcionalidade, interdependência, representação, variação e aproximação**. Essas ideias fundamentais são importantes para o desenvolvimento do pensamento matemático dos alunos e devem se converter, na escola, em objetos de conhecimento. **A proporcionalidade, por exemplo, deve estar presente no estudo de: representação fracionária dos números racionais; áreas; funções; probabilidade etc.** Além disso, essa noção também se evidencia em **muitas ações cotidianas e de outras áreas do conhecimento, como vendas e trocas mercantis, balanços químicos, representações gráficas etc.** (BRASIL, 2017, p. 264, grifo nosso)

Do saber matemático, evidencia-se uma apresentação a-política; neutralidade que afasta, deste, possibilidades de compreensão indissociáveis da experiência material, histórica e dialética. A matemática surge representando o formal racional, em muito aderente à ciência e tecnologia, que se incorporam aos aparatos dispersos no cotidiano, aspecto a ser considerado perante o apelo pela contemporaneidade presente na norma. O universo matemático surge não tocado pela estrutura opressiva, em evolução hermética da qual não se desprende possibilidades de reflexão sobre a ordem pragmática dominante. Objetos do saber são relacionados como peças pela utilidade, vinculados estritamente pela necessidade destes ao produtivismo vivido, atendendo aos objetivos da estrutura produtiva. A reunião destes objetos desemboca em uma contextualização reducionista que os coloca como estritamente úteis ao cotidiano, em que pulsa o relacional venda e trocas no mercado como possibilidade inicial de significação na materialidade vivida.

O vazio conceitual por reflexão sobre a materialidade histórica das transformações humanas se mostra progressivo, pois as orientações são atinentes a termos estritamente técnicos de quantificação. Tal quantificar distanciado da experiência humana em concretude guia julgamentos e interpretações.

As situações significativas aderem a registros, usos e significados que podem ser compreendidos como atinentes à concepção que os antecede, do utilitarismo, das operações que conduzem um estrito saber fazer em detrimento da reflexão sobre a complexidade histórica e política do saber:

A unidade temática Números tem como **finalidade desenvolver o pensamento numérico, que implica o conhecimento de maneiras de quantificar atributos de objetos e de julgar e interpretar argumentos baseados em quantidades**. No processo da construção da noção de número, os alunos precisam desenvolver, entre outras, as ideias de aproximação, proporcionalidade, equivalência e ordem, noções fundamentais da Matemática. Para essa construção, é importante propor, por meio de situações significativas, sucessivas ampliações dos campos numéricos. No estudo desses campos numéricos, devem ser enfatizados registros, usos, significados e operações. (BRASIL, 2017, p. 264, grifo nosso)

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

O aprofundamento se fia por um conhecimento de maneiras para quantificar (trata-se de reconhecimento e replicação de técnicas a-históricas e a-políticas) e utilização conforme o exposto. O utilitarismo desemboca no estrito usar, registrar, significar e operacionalizar, todos atrelados ao estrito quantificar. Contudo, inexistente reflexão que supere a utilidade diante de recortes pontuais a serem propostos no ensino, ou seja, que se oriente pela concretude da experiência humana histórica.

Assim, na continuidade das disposições da norma ocorre a convergência com olhar utilitarista para a totalidade do corpo matemático, do que o pensamento matemático se mostra estritamente como a reunião de objetos úteis, do mais simples ao mais complexo. Complexidade não pela materialidade histórica das transformações da experiência humana, mas pela amplitude de conceitos progressivamente entrelaçados em um linear contínuo evolutivo. A evolução é hermética em relação ao mundo político e produtivo:

Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de *marketing*. Essas questões, além de promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, podem se constituir em excelentes contextos para as aplicações dos conceitos da Matemática Financeira e também proporcionar contextos para ampliar e aprofundar esses conceitos. (BRASIL, 2017, p. 265. grifo nosso)

Assim, converge o utilitarismo com o anseio pragmático mercadológico. A contextualização, como disposto, encontra centralidade nas relações financeiras que dominam a economia, do consumo e do dinheiro. Ausente-se reflexão sobre a estrutura opressiva, sobre o produtivismo e consumismo que dominam o desenvolvimento humano, sobre o fetichismo da mercadoria e o dinheiro. Há uma permissividade para que os significados percebam estritamente as projeções de um utilitarismo pragmático alienante, inclusive na comunicação entre as áreas do conhecimento - interdisciplinaridade.

Deste utilitarismo, percebe-se um avanço profundo e progressivo nas disposições do ensino fundamental. Forjando um ser útil ideologicamente, forjando olhares sobre o mundo através do saber matemático:

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Quadro IX – Trechos similares de interesse – matemática no ensino fundamental (grifos nossos)

Trecho 1) Assim, a Geometria não pode ficar reduzida a mera aplicação de fórmulas de cálculo de área e de volume nem a aplicações numéricas imediatas de teoremas sobre relações de proporcionalidade em situações relativas a feixes de retas paralelas cortadas por retas secantes ou do teorema de Pitágoras. **A equivalência de áreas, por exemplo, já praticada há milhares de anos pelos mesopotâmios e gregos antigos sem utilizar fórmulas [...]** (BRASIL, 2017, p. 268)

Trecho 2) As medidas quantificam grandezas do mundo físico e são fundamentais para a compreensão da realidade. Assim, a unidade temática Grandezas e medidas, ao propor o estudo das medidas e das relações entre elas – ou seja, das relações métricas –, favorece a integração da Matemática a outras áreas de conhecimento, como Ciências (densidade, grandezas e escalas do Sistema Solar, energia elétrica etc.) ou Geografia (coordenadas geográficas, densidade demográfica, escalas de mapas e guias etc.). (BRASIL, 2017, p. 269)

Trecho 3) A incerteza e o tratamento de dados são estudados na unidade temática Probabilidade e estatística. Ela propõe a abordagem de conceitos, fatos e procedimentos presentes em muitas situações-problema da vida cotidiana, das ciências e da tecnologia. (BRASIL, 2017, p. 270)

Trecho 4) Merece destaque o uso de tecnologias – como calculadoras, para avaliar e comparar resultados, e planilhas eletrônicas, que ajudam na construção de gráficos e nos cálculos das medidas de tendência central. **A consulta a páginas de institutos de pesquisa – como a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – pode oferecer contextos potencialmente ricos não apenas para aprender conceitos e procedimentos estatísticos, mas também para utilizá-los com o intuito de compreender a realidade.** (BRASIL, 2017, p. 270)

Trecho 5) Na elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas, devem ser enfatizadas as **articulações das habilidades com as de outras áreas do conhecimento, entre as unidades temáticas e no interior de cada uma delas.** (BRASIL, 2017, p. 271)

Trecho 6) Da mesma forma que na fase anterior, a aprendizagem em Matemática no Ensino Fundamental – Anos Finais também está intrinsecamente relacionada à apreensão de significados dos objetos matemáticos. **Esses significados resultam das conexões que os alunos estabelecem entre os objetos e seu cotidiano,** entre eles e os diferentes temas matemáticos e, por fim, entre eles e os demais componentes curriculares. (BRASIL, 2017, p. 294)

Fonte: Confeccionado pelo autor.

1

O Discurso, o Utilitarismo e o Pragmatismo

2

Corpo normativo brasileiro sobre a educação: BNCC

3

Análise da BNCC: evidenciando objetos ideológicos conformadores

4

Considerações finais: da desilusão e inconformismo indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico: autores fundamentais



Do primeiro trecho, observa-se a contextualização proposta, supostamente histórica, que se trata de um estrito reducionismo, pois, de toda a complexidade histórica, destaca certo povo específico, de toda a complexidade que envolve este povo, destaca certa especificidade sem refletir sobre necessidades e objetivos do contexto. Assim, a experiência grega sofre um recorte pelo utilitarismo daquilo que serve a intenção pragmática presente no documento. O segundo trecho propõe a integração da matemática às demais áreas do saber, embora caiba mencionar que tais áreas também se mostram atingidas pelo pragmatismo mercadológico marcante na orientação, diante do caráter de coerência da norma que deve preservar um todo coeso.

O terceiro e quarto trechos se concentram na visão do saber fazer na medida do cotidiano vivido, ou seja, a ordem vivida.

Assim, trata a estatística como alinhada à elaboração de soluções para problemas no universo da ciência e tecnologia, porém inexistente menção a uma reflexão que questione a estrutura vivida opressiva, reforçando a naturalização desta. A estatística é concebida como aderente aos aparatos tecnológicos, da informação, em que os dados são tratados como contextos (enlace fato-conceito-procedimento), ou seja, sem reflexão material, histórica e dialética. Assim, a simples reunião de dados se torna possibilidade fiel de interpretação da realidade.



Do quinto e sexto trechos, pulsa a articulação com demais áreas do saber, bem como, as disposições dos objetos do saber matemático devem restar estritamente ligadas às conexões possíveis com o cotidiano. Não há proposição de questionar a ordem vivida, apenas de um saber útil à esta ordem no percurso do ensino fundamental, ordem que conduz o cotidiano, o corpo social.

Apenas para evidenciar o enlace que pode ser encontrado com demais áreas do conhecimento, cabe observar as seguintes disposições:

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Quadro XI – Trechos de interesse – saber em geografia (grifos nossos)

Trecho 1) Trata-se, nessa unidade temática, de desenvolver **o conceito de ambiente na perspectiva geográfica**, o que se fundamenta **na transformação da natureza pelo trabalho humano**. Não se trata de transferir o conhecimento científico para o escolar, mas, por meio dele, **permitir a compreensão dos processos naturais e da produção da natureza na sociedade capitalista**. Nesse sentido, ao compreender o **contexto da natureza vivida e apropriada pelos processos socioeconômicos** e culturais, os alunos constroem criticidade, fator fundamental de autonomia para a vida fora da escola. (BRASIL, 2017, p. 361)

Trecho 2) Trata-se, portanto, de compreender o **conceito de natureza**; as disputas por recursos e territórios que expressam **conflitos entre os modos de vida das sociedades originárias e/ou tradicionais**; e o **avanço do capital**, todos retratados na paisagem local e representados em diferentes linguagens, entre elas o **mapa temático**. O entendimento dos conceitos de paisagem e transformação é necessário para que os alunos compreendam **o processo de evolução dos seres humanos e das diversas formas de ocupação espacial em diferentes épocas**. (BRASIL, 2017, p. 377)

Trecho 3) No Ensino Fundamental – Anos Finais, essa unidade temática ganha relevância: incorpora-se **o processo de produção do espaço agrário e industrial em sua relação entre campo e cidade**, destacando-se as **alterações provocadas pelas novas tecnologias no setor produtivo**, fator desencadeador de **mudanças substanciais nas relações de trabalho, na geração de emprego e na distribuição de renda em diferentes escalas**. A Revolução Industrial, a **revolução técnico-científico-informacional** e a **urbanização** devem ser associadas às **alterações no mundo do trabalho**. (BRASIL, 2017, p. 359)

Fonte: Confeccionado pelo autor.

Do primeiro trecho, é imprescindível notar que as transformações da natureza pelo trabalho humano convergem com uma dita compreensão dos processos naturais e da produção da natureza na sociedade capitalista. Assim, a apropriação socioeconômica pelo capital emerge como fenômeno natural, não sendo questionada no corpo do texto, o que possibilita reconhecer que tais relações surgem naturalizadas.

Ao olhar atentamente para o segundo trecho, deve-se notar que os conflitos dos modos de vida das sociedades originárias ou tradicionais se mostram descolados do advento histórico capital. Assim, o avanço das relações capitais não se questiona por uma reflexão material, histórica e dialética, mostrando-se como um progredir inevitável, compulsivo. Esta compulsão marca presença quando o texto desemboca em um dito processo de evolução humano.

O terceiro trecho permite observar que as relações produtivas estruturais que projetam uma fragmentação social pela opressão se mostram naturalizadas, pois se propõe uma compreensão dos impactos em relacionais como emprego, renda e escalas sociais, aspectos livres de questionamento pelo inconformismo.

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

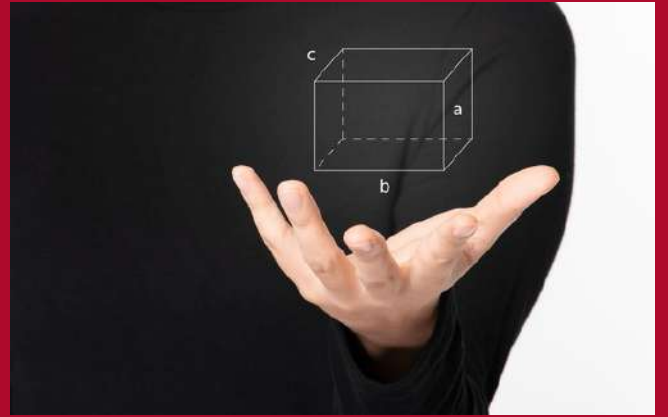
**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais



De tal forma, a matemática se apresenta esvaziada de reflexão e marcada pelo utilitarismo pragmático mercadológico que conforma intelectualidades, o qual se sustenta e expande como ordem social. O corpo normativo, seja nas disposições específicas, seja nas disposições que intencionam uma interdisciplinaridade, termina por aprisionar o ensino formal no interior da ordem opressora dominante.

A fim de concluir a seção, é necessário observar as orientações quanto à história quando mencionadas nas especificidades da matemática:

Além dos diferentes recursos didáticos e materiais, como malhas quadriculadas, ábacos, jogos, calculadoras, planilhas eletrônicas e *softwares* de geometria dinâmica, **é importante incluir a história da Matemática como recurso que pode despertar interesse e representar um contexto significativo para aprender e ensinar Matemática.** Entretanto, esses recursos e materiais precisam estar integrados a situações que propiciem a reflexão, contribuindo para a sistematização e a formalização dos conceitos matemáticos. (BRASIL, 2017, p. 294, grifo nosso)

Cumpra também considerar que, para a aprendizagem de certo conceito ou procedimento, é fundamental haver um contexto significativo para os alunos, não necessariamente do cotidiano, mas também de outras áreas do conhecimento e da própria história da Matemática. No entanto, é necessário que eles desenvolvam a **capacidade de abstrair o contexto, aprendendo relações e significados, para aplicá-los em outros contextos.** (BRASIL, 2017, p. 295, grifo nosso)

A história surge como história da matemática, sem qualquer proposta de reflexão sobre como a experiência humana complexa material, histórica e dialética influenciou e foi influenciada pelo saber matemático. Assim, a história da matemática resta como um universo passível de sofrer recortes reducionistas que promovam utilidades aplicáveis nas relações vividas, no cotidiano e em suas possibilidades.

Das competências específicas para matemática no fundamental, cumpre salientar considerações relevantes que reafirmam o até aqui investigado, das ausências e negligências persistentes:

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Quadro XII – Competências matemática ensino fundamental

COMPETÊNCIAS (BRASIL, 2017, p. 263, GRIFOS NOSSOS)	REFLEXÃO POSSÍVEL
<p>Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho. [...]</p>	<p>Ação proposta de reconhecimento se pauta em necessidades e preocupações, aderentes à diversidade cultural, porém a mesma se prende a diferentes momentos históricos sem a explicitação de uma reflexão profunda, aspectos de exploração, opressão, sociais e políticos de uma totalização que trouxe e traz detrimento ao desenvolvimento humano, desfigurando culturas, inserindo-as no jogo da lucratividade. Ou seja, o recorte de momentos históricos se mostra reducionista ao não considerar a materialidade histórica dialética. Assim, o reconhecer apresenta um saber estritamente destinado à solução dos problemas vividos, descobertas e construções inseridas no pragmatismo vivido, não questionado. O saber desemboca no trabalho, este inserido na matriz produtiva do pragmatismo vivido, assim negligenciando o saber sobre a experiência humana frente às possibilidades que não se orientam pelas relações produtivas dominantes;</p>
<p>Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo.</p>	<p>O desenvolvimento do raciocínio lógico, que deve, como colocado, orientar a investigação e a produção de argumentos convincentes, apresenta uma recorrência ao saber matemático estritamente ligada à compreensão e atuação na realidade vivida, ou seja, o mundo contemporâneo - cotidiano. Este compreender e atuar deixa ausente a reflexão sobre as relações humanas materiais históricas que conduziram as transformações na experiência humana. Assim, os significados a serem compreendidos e que guiam a atuação se encontram nas necessidades e objetivos das relações vividas, que pulsam pela naturalização como ordem social;</p>
<p>Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções.</p>	<p>A compreensão amplia as suas possibilidades no interior da estrita construção de relações entre conceitos e procedimentos. A relação com outras áreas denota uma orientação pela aplicação do saber aos laços do individual e a busca de soluções. A autoestima e a perseverança perante soluções. Novamente, há de se considerar que as soluções melhoram o vivido, já que não o questionam mediante a complexidade política e histórica. Pulsa um saber apolítico e a-histórico, ou seja, passível de servir como um ferramental à melhoria incessante da estrutura vivida;</p>
<p>Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.</p>	<p>As observações sistematizadas, sejam quantitativas ou qualitativas, aderem estritamente às práticas sociais e culturais. Ausente a reflexão da complexidade concreta da experiência humana, pois a investigação pretende a organização e a representação que convergem na comunicação de informações ditas relevantes. Tal relevância, ao suprimir a humanização material e histórica, não se dissocia do saber humano em transformação, possibilitando interpretação e avaliação apenas pelas relações vividas, ou seja, o apelo presente no corpo documental para com o contemporâneo e o futuro;</p>
<p>Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados.</p>	<p>A compreensão, o desenvolvimento e o observar se mostram aderentes a uma utilização que suprime a experiência humana complexa por processos e ferramentas. O imediatismo do presente pragmático e suas possibilidades de melhoria no futuro aderem à resolução de problemas cotidianos, sejam estes sociais ou diversos. A visão pelo cotidiano valida o saber sobre as coisas perante resultados possíveis; resultados que encontram necessidades e objetivos desvinculados da materialidade histórica e dialética que conduz o saber humano, ou seja, um saber apolítico e a-histórico que atende a um desenvolvimento humano natural, como o é a estrutura vivida em incessante melhoria;</p>
<p>Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados).</p>	<p>O útil se mostra na estrita vocação do ensino para resolução de situações-problema, com múltiplos contextos. Assim, os contextos, por não apresentarem a reflexão que questione a estrutura vivida, que marginaliza, oprime, opera o corpo social como uma matriz de estritos ganhos por interesses particulares, possibilitam a compreensão de qualquer recorte sobre a experiência humana histórica ou presente como algo válido se útil ao pragmatismo presente vivido. O prático-utilitário se mostra resignificado, isto é, não ser prático ou utilitário se prende apenas à imaginação de contextos não aderentes aos recortes históricos ou do presente, mas isto se mostra equivocado, pois todo saber quando se forma estando ausente o material, histórico e dialético pulsa em uma idealização; idealismo atinente às necessidades e objetivos do pragmatismo vivido, dominante ideologicamente, que prega melhorias contínuas que contrastam com a progressão da opressão e marginalização. Assim, promove a justaposição de saberes úteis, aplicáveis na estrutura vivida ou não aplicáveis diretamente, lúdicos, ambos servindo à sustentação e expansão de uma racionalidade pautada pelo vivido. Como o pragmatismo vivido não se mostra questionado, aquilo que envolve o saber se justifica pela natureza humana, representada nas relações da ordem social inquestionável;</p>
<p>Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.</p>	<p>O utilitarismo que procura se camuflar opera no desenvolvimento do saber pelos caminhos da urgência social, como os princípios éticos, democráticos, da sustentabilidade, da solidariedade e da diversidade, um disfarce eufêmico. Não obstante, mostra-se na convergência de interesses particulares na estrutura pragmática vivida. A estrutura vivida, diante da ausência de reflexão que desvele a opressão como indissociável desta, possibilita a naturalização das lutas sociais como descoladas da estrutura produtiva, o trabalho, isentando e mascarando a ordem opressora;</p>
<p>Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.</p>	<p>É imprescindível notar que a interação com seus pares esboça a interação social que se espera do sujeito ao se adaptar à ordem vivida. A solução de problemas, seja pelo consenso, seja pela discussão, denota que as questões da dita urgência social, acima mencionada, procuram uma solução possível sem o detrimento da estrutura pragmática do contemporâneo. Esta última competência pontuada reforça a solução dos problemas sem refletir sobre o estrutural mercadológico. Os problemas são passíveis de melhoria na própria estrutura que rege a coletividade;</p>

Fonte: Confeccionado pelo autor.

Do exposto até então, resta investigar as disposições sobre o ensino médio, pois esta etapa de desenvolvimento percebe uma aderência maior às necessidades e objetivos do mundo do trabalho e da cidadania que deste se desprende.



3.2

Ensino Médio



1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Das disposições iniciais, vale destacar a expansão de um apelo do alinhamento da educação para com as relações de trabalho vividas que pretende superar o desempenho insuficiente dos sujeitos diante de aspirações, leia-se necessidade e objetivos, regidos pelos argumentos eufêmicos presente e futuro:

O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, direito público subjetivo de todo cidadão brasileiro. Todavia, a realidade educacional do País tem mostrado que essa **etapa representa um gargalo na garantia do direito à educação**. Entre os fatores que explicam esse cenário, destacam-se o **desempenho insuficiente dos alunos nos anos finais do Ensino Fundamental**, a organização curricular do Ensino Médio vigente, **com excesso de componentes curriculares**, e uma **abordagem pedagógica distante das culturas juvenis e do mundo do trabalho**. Para além da necessidade de universalizar o atendimento, outros grandes desafios do Ensino Médio na atualidade são garantir a permanência e as aprendizagens dos estudantes, **respondendo às suas aspirações presentes e futuras**. (BRASIL, 2017, p. 461, grifo nosso)

A naturalização das relações capitais, do pragmatismo mercadológico, impõe ao ensino objetos úteis. Trata do utilitarismo ideológico mascarado por enunciados eufêmicos como das rápidas transformações tecnológicas, das transformações no contexto nacional e global, do enfrentamento de novos desafios no enlace econômico, social e ambiental, da incerteza no trabalho e nas relações sociais; todos aderentes às necessidades do contemporâneo, que não é posto para a reflexão material histórica e dialética que permite vislumbrar o idealismo, o individualismo e a opressão. Assim, as relações contemporâneas podem ser superficialmente compreendidas como inevitáveis, uma compulsão, atinentes à natureza humana. Neste enlace, estão inseridos os jovens e suas culturas, a produção e o trabalho, o presente e o futuro em detrimento da concretude da experiência humana, que não se mostra um contínuo de acertos, mas um universo de lutas e transformações.

A estrutura produtiva não se mostra questionada. Assim, a ideologia dominante opera uma adaptação das intelectualidades pelos caminhos do engajamento, da sustentação e da expansão da ordem vivida:

Para **responder a essa necessidade**, mostra-se imprescindível considerar a **dinâmica social contemporânea**, marcada pelas **rápidas transformações decorrentes do desenvolvimento tecnológico**. Trata-se de reconhecer que as **transformações nos contextos nacional e internacional atingem diretamente as populações jovens** e, portanto, o que se demanda de **sua formação para o enfrentamento dos novos desafios sociais, econômicos e ambientais, acelerados pelas mudanças tecnológicas do mundo contemporâneo**. Nesse cenário cada vez **mais complexo, dinâmico e fluido, as incertezas relativas às mudanças no mundo do trabalho e nas relações sociais** representam um grande desafio para a formulação de políticas e propostas de organização curriculares para a Educação Básica, em geral, e para o Ensino Médio, em particular. (BRASIL, 2017, p.462, grifo nosso)

O imediatismo vivido pelas relações capitais rege do preparo do ensino formal em sua etapa final, denotando argumentos em maior carga ideológica: novos desafios, aceleradas mudanças tecnológicas no contemporâneo e cenário complexo, dinâmico e fluido, entre outros. Tais argumentos evitam, excluem ou mitigam discussões sobre o produtivismo, consumismo, opressão, exploração, marginalização, causando uma ausência de reflexão e negligência das lutas sociais. A dita era das incertezas se torna uma evolução natural humana, dissociada de um estrutural opressivo.

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Deste tal utilitarismo em prol do pragmatismo mercadológico, que se mostra progressivo e dominante, emergem sujeitos apolíticos e a-históricos, pois atuam estritamente na melhoria do presente imediato; a melhoria possível na estrutura diante de causas diversas e dispersas que se mostram dissociadas da estrutura opressiva. A política se reduz às possibilidades de preservar a ordem social que se projeta da estrutura produtiva opressiva. A história, a experiência que conduziu os saberes, assume a posição de um arcabouço passível de recortes que possibilitem justificar o vivido:

Trata-se, portanto, de adotar uma noção **ampliada e plural de juventude, entendida como diversa**, dinâmica e participante ativa do processo de formação que deve garantir sua **inserção autônoma e crítica no mundo**. As juventudes estão em constante diálogo com outras categorias sociais, encontram-se imersas nas **questões de seu tempo e têm importante função na definição dos rumos da sociedade**. Considerar que há juventudes implica organizar uma escola que acolha as **diversidades e que reconheça os jovens como seus interlocutores legítimos sobre currículo**, ensino e aprendizagem. Significa, ainda, assegurar aos estudantes uma formação que, em **sintonia com seus percursos e histórias, faculte-lhes definir seus projetos de vida**, tanto no que diz respeito ao estudo e **ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida** saudáveis, sustentáveis e éticos. (BRASIL, 2017, p. 463, grifo nosso)

Desse modo, a noção ampliada e plural de juventude converge na inserção, não na reflexão, de forma autônoma, com apelo ao potencial do individual nas convergências dos interesses individuais em detrimento da reflexão sobre as mazelas opressoras que desfiguram a coletividade. Um ser autônomo na medida da ordem vivida e crítico para com o mundo que, ao não refletir sobre a materialidade histórica das transformações humanas, coloca-se a serviço da melhoria estrutural possível.

Embora os jovens sejam posicionados como interlocutores do corpo curricular, nas disposições do corpo documental, mostram-se como intelectualidade em potência para a preservação da ordem vivida, de modo que a interlocução serve ao convencimento e conformação, não à reflexão e inconformismo para com as mazelas, o que permite a naturalização destas.

A autonomia dos sujeitos sucumbe a um olhar que preserve os seus percursos, histórias e biografias sem questionar a opressão que marca tais experiências de vida. Assim, os percursos biográficos que para muitos se mostram na inacessibilidade à superação das necessidades materiais, como moradia e alimentação, resta naturalizado e aceito como determinante para os ditos projetos de vida, para o trabalho, para as escolhas de estilos de vida.

A ordem social naturalizada define as possibilidades a que se dedicarão as existências.

A autonomia não se mostra como uma liberdade individual, mas condicionada à ordem opressora diante das possibilidades de desenvolvimento que cada um pode alcançar perante o espaço que tal ordem lhe permite.

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

A coletividade é marcada pela incessante promoção do individualismo como motivação para o desenvolvimento; individualismo que converge em equilíbrios possíveis na medida do equilíbrio pragmático vivido.

De tal maneira, o enlace produção e trabalho, como atividade humana inviolável, denota-se apropriado pelas relações capitais e objetivado explicitamente nas concepções que orientam as competências:

Em relação à **preparação básica para o trabalho**, que significa promover o **desenvolvimento de competências** que possibilitem aos estudantes **inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível**, os projetos pedagógicos e os currículos escolares precisam se estruturar de maneira a:

- * explicitar que **o trabalho produz e transforma a cultura e modifica a natureza;**
- * relacionar teoria e prática ou **conhecimento teórico e resolução de problemas da realidade social**, cultural ou natural;
- * revelar os contextos nos quais as **diferentes formas de produção e de trabalho** ocorrem, sua constante modificação e atualização nas **sociedades contemporâneas**, em especial no Brasil; e
- * explicitar que a preparação para o mundo do trabalho não está diretamente ligada à profissionalização precoce dos jovens - uma vez que eles **viverão em um mundo com profissões e ocupações hoje desconhecidas, caracterizado pelo uso intensivo de tecnologias** -, mas à abertura de possibilidades de atuação imediata, a médio e a longo prazos e para a solução de novos problemas. (BRASIL, 2017, p. 465, grifo nosso)

De tal pragmatismo que se enraíza no corpo documental, o eufemismo da complexidade e imprevisibilidade assume posição central. Aquilo que se mostra complexo, aliando-se à imprevisibilidade, em muito procura sedimentar a refutação às totalidades materiais e históricas que se preservam nas transformações da experiência humana. Refletir sobre as totalidades não representa um apelo à fixação conceitual de uma natureza humana, mas observa aspectos da experiência humana que forjaram um desenvolvimento menos natural e mais humanizado.

Ou seja, o desenvolvimento da ciência e tecnologia possibilita ao ser a libertação das necessidades materiais, a produção de comida, habitação, saúde, transporte, ampliação dos meios de promoção das aquisições da humanidade para a preservação da vida pela educação, comunicação e informação. Também permite observar que o frio interesse mercadológico representa uma totalidade que aprisionou o desenvolvimento potencial da humanidade. Assim, os ditos avanços ocorrem em muito influenciados pelas possibilidades de ganho no mercado.

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

O imprevisível atende ao apelo de uma adaptação da potência humana como potência para sustentação e expansão das relações capitais diante de crises frequentes advindas das relações de opressão e do complexo enlace produtivismo e consumismo, que rege a ordem social.

De tal forma, os enunciados eufêmicos atendem à propagação ideológica que sustenta e expande as relações capitais. Partem de alguma constatação em neutralidade apolítica e a-histórica, abandonando a complexidade material, histórica e dialética, como mencionar que o trabalho produz e transforma a cultura e a natureza. Da flexibilidade que é dada a esta constatação, pulsa um proveito para disseminar objetos ideológicos intrínsecos aos enunciados, que orientam o desenvolvimento dos conhecimentos teóricos aliados à resolução de problemas da realidade social (contemporâneo/imediatismo, caráter a-histórico); dos contextos que se modificam, culminando na sociedade contemporânea (continuo linear evolutivo, evolução natural inevitável, caráter apolítico); da formação guiada por ocupações ainda desconhecidas (imprevisível/insegurança e possibilidades aos indivíduos).

Das relações que se descolam da estrutura produtiva, cabe observar que:

Tendo em vista a construção de uma **sociedade mais justa, democrática e inclusiva, condição para a cidadania** e para o **aprimoramento do educando** como pessoa humana, as escolas devem se constituir em espaços que permitam aos estudantes **valorizar**:

- * **a não violência e o diálogo**, possibilitando a manifestação de opiniões e pontos de vista diferentes, divergentes ou conflitantes;
- * **o respeito à dignidade do outro**, favorecendo o convívio entre diferentes;
- * **o combate às discriminações e às violações** a pessoas ou grupos sociais;
- * **a participação política e social**; e
- * **a construção de projetos pessoais e coletivos**, baseados na liberdade, na justiça social, na solidariedade e na sustentabilidade. (BRASIL, 2017, p. 465, grifo nosso)

Há uma potencial possibilidade de relativismo, ressignificação frequente do que seja não violência e diálogo, dignidade, discriminação, participação política e social, ressignificações que repousam na desqualificação das lutas sociais históricas com apelo ao projeto pessoal em convergência com o coletivo em meio às possibilidades ditadas pela estrutura pragmática vivida.

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

A violência social pulsa desvinculada da estrutura opressiva vivida, da desigualdade econômica opressiva. O diálogo se mostra como possível na complexa fragmentação social em prol do mercado. A dignidade se mostra como aquilo que é possível aos mais diversos interesses que coexistem no mercado. A não discriminação e a participação política caminham pela adequação das lutas à estrutura vivida. Em máxima, pode-se recuperar o que já foi exposto por Marx (1999), isto é, a liberdade é cambiada em liberdade comercial. Não se trata de questionar a não violência, a dignidade, a não discriminação, mas ressaltar que tais embates encontram o cerne da estrutura opressora naturalizada, equivocadamente, ideologicamente e alienantemente isenta de responsabilidades.

A dignidade concorre com as necessidades e objetivos mercadológicos, ou seja, não pode se realizar em detrimento do mercado. Assim, a libertação das necessidades materiais deve estritamente ocorrer com investimentos que convergem ganhos financeiros particulares, lucratividade, e equilíbrio social.

Resta uma redução do conhecimento pela compreensão indissociável da utilização, um contínuo aprender que se mostra como um contínuo apreender de objetos úteis.

A ciência e a tecnologia se mostram estritamente aderentes ao mundo digital e na possibilidade de disseminação de conhecimentos, que, desvinculados da reflexão, aderem a descobertas de melhorias frequentes.

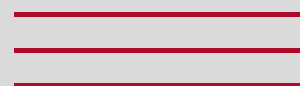
Tal frequência, guiada pelo contemporâneo, aspecto marcante em outras disposições da norma, possibilita observar um sujeito que melhora a estrutura vivida melhorando sua posição nesta estrutura. O idealismo da convergência de interesses particulares no mercado, dissemina novas maneiras interessantes à ordem vivida.





3.2.1

Do saber matemático



1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Sobre o saber matemático, a norma esclarece um aprisionamento em máximo utilitarismo. Neste momento, vale lembrar Marx (1999), Lukács (1979) e Mézarós (2008) quando denotam que a experiência humana expõe um ser menos natural e mais humano, histórico e cultural, porém, no pragmatismo mercadológico pós-moderno, ocorre um tornar-se menos humano e mais maquinal, uma mutação do ser em mercadoria por um engajamento intelectual:

A área de Matemática, no Ensino Fundamental, centrada no desenvolvimento da **compreensão de conceitos e procedimentos** em seus diferentes campos, visando à **resolução de situações-problema**. No Ensino Médio, na área de Matemática e suas Tecnologias, os estudantes devem **utilizar conceitos, procedimentos e estratégias não apenas para resolver problemas, mas também para formulá-los, descrever dados, selecionar modelos matemáticos e desenvolver o pensamento computacional**, por meio da utilização de diferentes recursos da área. (BRASIL, 2017, p. 470, grifo nosso)

Não intenciona a reflexão para saber, mas o saber para implementar soluções necessárias e objetivas à estrutura vivida, ou seja, um utilitarismo: utilizar conceitos, procedimentos, estratégias, dados e modelos, um pensar computacional. Claramente, o problema não está em saber usar, mas em forjar a intelectualidade apenas para saber usar.

Ao buscar um enlace com os demais saberes, torna-se possível destacar, das ditas ciências humanas, a exemplo da história e geografia, que resta uma estrita e pulsante necessidade de utilização de conceitos e recursos. A experiência humana complexa sofre uma recomposição por recortes que a tornam útil ao pragmatismo vivido, linearizando saberes úteis.

A área de Ciências Humanas, no Ensino Fundamental, define aprendizagens centradas na análise, **comparação, interpretação e construção de argumentos**, por meio da **utilização de conceitos e recursos fundantes da área**. No Ensino Médio, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas amplia essa base conceitual e, mantendo referência às principais categorias da área, concentra-se na análise e **na avaliação das relações sociais, dos modelos econômicos, dos processos políticos e das diversas culturas**. (BRASIL, 2017, pp. 470-471, grifo nosso)

Tal utilização pretende, em máxima, a avaliação de relações sociais, a economia tratada como modelos e não experiência, os processos políticos e culturais em apartado, então, de tais modelos, passíveis de dissociação, em um encadeamento do social, econômico e político para compor a história da história de ideias, como observou Marx (1999), idealismo aprisionante da potência humana.

Assim, sobre as especificidades desta área, observa-se a aderência a contextos sob recortes reducionistas. A matemática é, por excelência, diante da inteligência do trecho abaixo citado, útil ao ser humano, mas não possui uma trajetória material, histórica e dialética, ou seja, não pode ser compreendida na humanização, um paradoxo que confunde e mitiga o saber.

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Os estudantes têm também a oportunidade de desenvolver **o pensamento algébrico**, tendo em vista as demandas para identificar a relação de **dependência entre duas grandezas em contextos significativos e comunicá-la utilizando diferentes escritas algébricas**, além de **resolver situações-problema** por meio de equações e inequações. Em relação ao pensamento geométrico, eles desenvolvem habilidades para interpretar e representar a localização e o deslocamento de uma figura no plano cartesiano, identificar transformações isométricas e produzir ampliações e reduções de figuras. Além disso, são solicitados a **formular e resolver problemas em contextos diversos, aplicando os conceitos de congruência e semelhança**. (BRASIL, 2017, p. , grifo nosso)

Resume-se a um conjunto de saberes utilitários, forjando uma racionalidade instrumental, como ensinou Horkheimer (1976), um instrumento que viaja nas necessidades e objetivos do pragmatismo vivido. Os contextos diversos, recortados e reduzidos, são passíveis de uma linearização racional matemática por congruência e semelhança. E as diferenças? E a dialética? Tal processo de diferenciação pode aderir à evolução, assim compondo mentes ávidas por uma evolução linear contínua que motive o mundo, ocultando contradições - lutas.

A estrita aderência à geração de mercadoria humana pulsa no trecho abaixo colacionado. A matemática se mostra área que tenciona a intelectualidade por caminhos da aplicação à realidade, vivências cotidianas que guiam o viver pelo pragmatismo do mercado como ordem social.

Ainda mais explícito, o trecho naturaliza os diferentes graus de condição socioeconômica em uma sociedade marcada pela opressão. Tal naturalização banaliza a relação opressor e oprimido regida pelo individualismo:

Em continuidade a essas aprendizagens, no Ensino Médio o foco é a construção de uma **visão integrada da Matemática, aplicada à realidade**, conforme anteriormente anunciado. Nesse contexto, quando a realidade é a referência, é preciso levar em conta as **vivências cotidianas dos estudantes do Ensino Médio, envolvidos, em diferentes graus dados por suas condições socioeconômicas, pelos avanços tecnológicos, pelas exigências do mercado de trabalho, pela potencialidade das mídias sociais, entre outros**. (BRASIL, 2017, p. 518, grifo nosso)

Posiciona o desenvolvimento como estritamente aderente às possibilidades socioeconômicas e as exigências do mercado de trabalho, ou seja, a venda de tempo de vida em prol das relações produtivas capitais. De forma contundente, vincula o desenvolvimento à potência midiática, que se mostra imediatista, frenética e insegura. Tal insegurança pulsa necessária para as movimentações do ganho individual, lucratividade, em que o ganho de uns opera a perda de outros.

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

**Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores**

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Insta mencionar que o bem comum se mostra apropriado no interior das possibilidades mercadológicas, relativizado, pois a reflexão que conduz a abstração no interior da coerência da norma possibilita conceber um refletir sobre o hoje, abstrair possibilidades de gestar o futuro que traga melhoria diante a estrutura naturalizada. Nesta estrutura, o bem comum se torna o bem comum possível pelo individualismo e o jogo de mercado.

Das competências específicas, cabe observar as reflexões propostas:

Quadro XIII – Competências da matemática no ensino médio

COMPETÊNCIAS (BRASIL, 2017, p. 523, GRIFOS NOSSOS)	REFLEXÃO POSSÍVEL
<p>Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos, sejam atividades cotidianas, sejam fatos das Ciências da Natureza e Humanas, ou ainda questões econômicas ou tecnológicas, divulgados por diferentes meios, de modo a consolidar uma formação científica geral.</p>	<p>A utilização se prende à interpretação de situações cotidianas, recortes aplicados sobre o cotidiano, desprezando, assim, lutas sociais, inserindo-as nas possibilidades estruturais. No tocante à ciência, novamente recortes aplicados sobre a experiência humana complexa. Ausente menção, sugestão, orientação à reflexão pela materialidade histórica das transformações vividas;</p>
<p>Articular conhecimentos matemáticos ao propor e/ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, com base na análise de problemas de urgência social, como os voltados a situações de saúde, sustentabilidade, das implicações da tecnologia no mundo do trabalho, entre outros, recorrendo a conceitos, procedimentos e linguagens próprios da Matemática.</p>	<p>A articulação se mostra inserida na proposição ou participação de investigações do contemporâneo, dos desafios deste, da melhoria deste, sem questionar, sem se inconformar diante do vivido, uma incessante busca por analisar e equilibrar as urgências sociais;</p>
<p>Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos, em seus campos – Aritmética, Álgebra, Grandezas e Medidas, Geometria, Probabilidade e Estatística –, para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos, analisando a plausibilidade dos resultados e a adequação das soluções propostas, de modo a construir argumentação consistente.</p>	<p>A utilização opera a interpretação, construção e resolução de problemas aplicados a contextos diversos, que, pela ausência de reflexão, pelo inconformismo, opera uma relativização, recortes que desqualificam a complexidade e promovem o encaixe diante da naturalização do vivido;</p>
<p>Compreender e utilizar, com flexibilidade e fluidez, diferentes registros de representação matemáticos (algébrico, geométrico, estatístico, computacional etc.), na busca de solução e comunicação de resultados de problemas, de modo a favorecer a construção e o desenvolvimento do raciocínio matemático.</p> <p>Investigar e estabelecer conjecturas a respeito de diferentes conceitos e propriedades matemáticas, empregando recursos e estratégias como observação de padrões, experimentações e tecnologias digitais, identificando a necessidade, ou não, de uma demonstração cada vez mais formal na validação das referidas conjecturas.</p>	<p>Estas duas últimas competências apresentam total formalismo matemático, que se pauta pela flexibilidade para representar registros. Assim, esta flexibilidade denota a busca por solução dissociada de questionamento sobre a estrutura vivida. Estas soluções agregam conceitos e propriedades passíveis de formalização, onde pulsa a observação de padrões. O olhar sobre o mundo denota uma necessidade de objetivar validações formais, das regularidades observáveis, aderentes à estrutura vivida a que se dedicam os padrões.</p>

Fonte: Confeccionado pelo autor.

Do até aqui exposto, cabe ressaltar que o pragmatismo mercadológico se mostra marcante, permeando o corpo normativo, conduzindo o utilitarismo dos objetos do saber. Assim, o saber fazer, as competências, mostram-se um corpo justaposto para sustentar e expandir objetos ideológicos das relações capitais, como organizado no Quadro I do segundo capítulo, mercantilizando o ser na medida do ter desenfreado e da fragmentação do corpo social.

4

Considerações finais: da desilusão e inconformismo indispensáveis à transformação

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores

4

**Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação**

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Inicialmente, deve-se registrar que as ausências e negligências apresentam um vazio que pode ser explorado por outras perspectivas com abordagem em complexidade histórica, material e dialética.

De tal sorte que a reflexão promova um inconformismo, o ordenamento jurídico em seu poder disciplinar nasce da força estrutural da sociedade, que advém de um longo processo complexo histórico. Para o sujeito alcançar um inconformismo que pretenda a desconstrução do pragmatismo dominante, é necessário a reflexão sobre a experiência humana complexa, material, histórica e dialética.

Disto, é imprescindível o papel da educação, pois nela reside a potência condicionante social. O universo da vida, muitas vezes, pouco reserva tempo para que os sujeitos reflitam sobre si e sobre o si e as complexidades, estando, o ser, aprisionado a um movimento que sustenta e expande o capital e seu pragmatismo. O momento de reflexão proposto intenciona rupturas, almejando um processo de humanização, ou seja, desconstrução e vislumbre de possibilidades mitigadas pelo estrito olhar mercadológico.

Ressalta-se que, em tempos de frenético desenvolvimento pelo tecnologismo e seus discursos de melhoria contínua, a matemática se torna seara de desejo, ao se mostrar instrumento indispensável para gestar a continuidade da matriz de lucratividade atual globalizada.

Nela reside a maior latência em ausências e negligências. Mostra-se como campo que se descola do histórico cultural e absorve as demandas que se projetam da conformação histórica realizada em outras áreas da educação formal, um ensino fragmentado e significado pelo capital e o pragmatismo mercadológico da pós-modernidade, sem freio nos processos de financeirização e obsolescência incentivada, produtivismo e consumismo, que engolem o desenvolvimento humano.

Salienta-se que a ruptura é processo dolorido de olhar as mazelas e abrir feridas para evitar um contínuo processo que condena e desqualifica em prol de uma estrutura opressora.

Uma ordem pela estratificação social e a desregulamentação extrema que opera momentos de anomia institucional, fazendo o ser reviver momentos trágicos que não devem ser esquecidos, mas compreendidos pela reflexão para serem evitados no costumeiro das existências.

Os vazios conceituais se pautam pela ocultação da estrutura opressora vivida – naturalizada.

Assim, a orientação não realiza carga conceitual para termos como produção, trabalho, atividade humana, cidadania, liberdade e igualdade, entre outros. Esta não realização permite uma significação pela ideologia dominante, pelas relações do vivido, contemporâneo, cotidiano, pragmático de mercado.

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores

4

**Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação**

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

Cabe reforçar que este vazio conceitual, diante do que foi proposto neste material, não encontra satisfação na história da história das ideias, ou seja, em conceitos atinentes à sustentação e expansão da ordem vivida, úteis a esta ordem, que encontra cerne no idealismo do individualismo.

A carga conceitual, com intenção libertadora, esclarecedora, é coisa indissociável de uma reflexão material, histórica e dialética. Estando esta reflexão ausente, o conceito atende a um formal utilitário ao pragmatismo mercadológico, que aprisiona o desenvolvimento humano por suas necessidades e interesses.

Observa-se que o saber é o saber da humanidade, as aquisições materiais são instrumentos da humanidade, e não de interesses particulares estritos, ou seja, aquisições e saberes materialmente, historicamente e dialeticamente atendem à preservação da vida, porém, a dominação mercadológica transmuta a vida em mercadoria.

Assim, o saber e sua materialização encontram um acesso mediado estritamente pelo mercado.

Não se trata de mitigar a individualidade, mas de superar a condição degradante do individualismo em detrimento da coletividade humana. A máxima adere à inexistência do indivíduo isolado, a inexistência de vida isolada. A humanidade se humaniza coletivamente.

Da fala de reflexão, da negligência que se desdobra desta ausência reflexiva, surgem termos eufêmicos ao longo da norma.

Tais termos aderem aos discursos correntes das relações capitais, da mundialização do capital: era de incertezas, diversidade cultural, diversidade juvenil, cultura juvenil, cotidiano, contemporâneo, tecnologia – comunicação e informação, profissões inexistentes, presente e futuro, entre outros.

Estes termos pulsam para implicitamente reforçar a condução das dimensões essenciais (produção, trabalho, liberdade, coletividade, razão, e outras já mencionadas) nos caminhos da significação pelo imediatismo do pragmatismo mercadológico. O imediatismo cria e recria, incessantemente, meios de superar crises sociais diante da opressão ou opera balanços e projeções da intenção de lucro, equilibrando a vida no jogo do produtivismo.

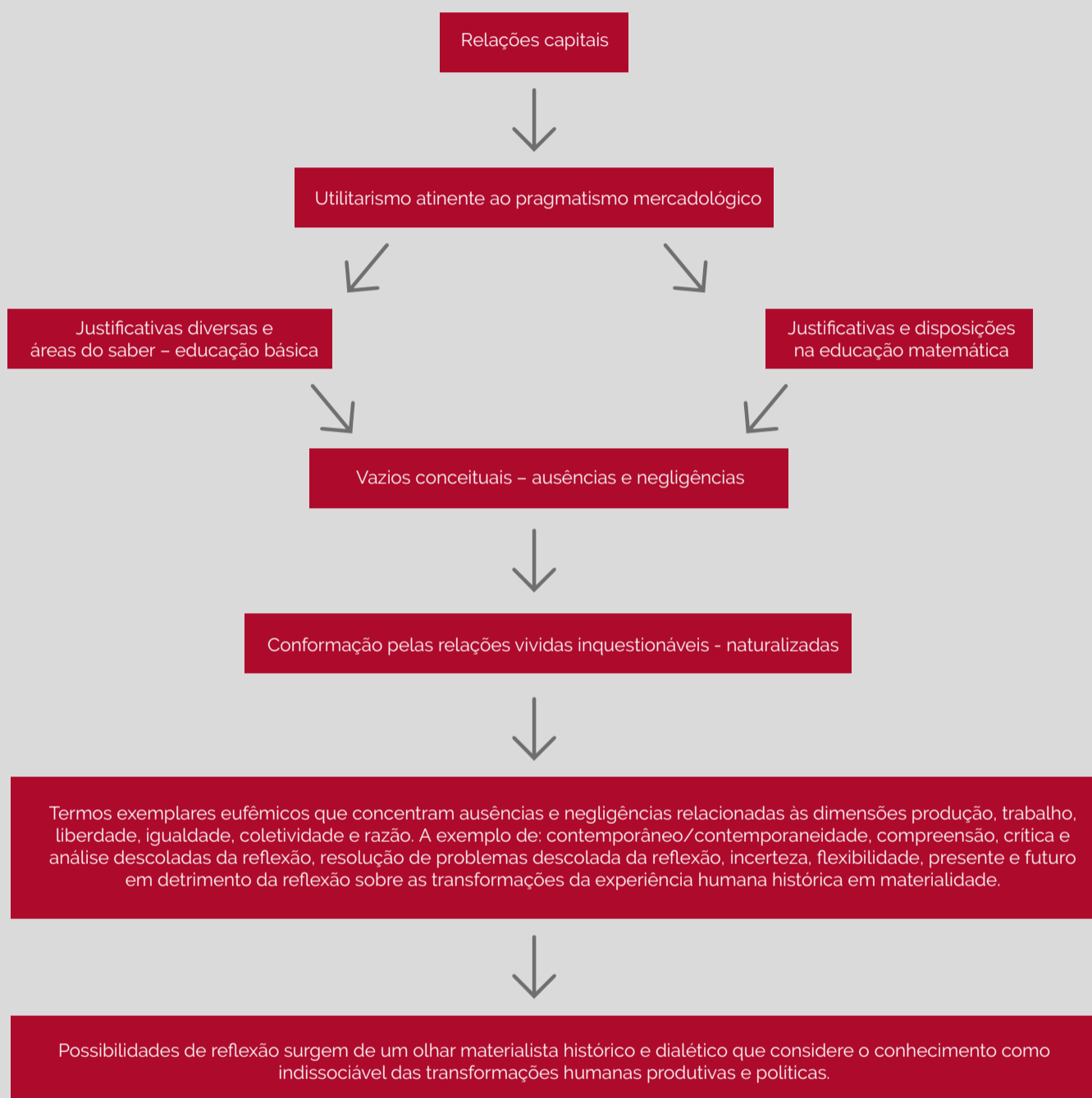
Acredita-se que este material possa incentivar os leitores a um maior aprofundamento, seja pelo material completo que fundamentou este e-book em síntese, seja pela leitura dos autores fundamentais, assim construindo um inconformismo.

Uma leitura que estabeleça crítica não pelas ideias em um universo hermético, mas pelo conhecimento da experiência humana e seus embates econômicos, políticos e sociais, indissociáveis da razão, do saber da humanidade, da ciência e da tecnologia.

Principalmente para o saber matemático, ou da dita área das exatas, que passa por uma tratativa utilitária, do que pode ser percebido tanto pela norma mais recente quanto pelo que foi estruturado por D'Ambrósio (2005) e outros como Caraça (1978).

De tal maneira, vale realizar a exposição do esquema abaixo como orientador para o caminho realizado e como sugestão para outras análises de normas educacionais:

Esquema síntese III – Matemática e o todo normativo



Fonte: Confeccionado pelo autor.

Assim, desejamos a todos uma força de resistência; uma força para investigar e edificar maneiras de uma educação não aprisionada pelo pragmatismo e utilitarismo que restou tão marcante para as análises.

Por fim, cabe ressaltar que, como sugestão, permanece a ideia de outras pesquisas didáticas que procurem possibilidades de rompimento.

Da edificação de situações para um resgate em sala de aula da reflexão material, histórica e dialética, ressalta-se, principalmente o universo das ditas exatas, da matemática.

Não há dúvidas quanto à dificuldade de tal sugestão, embora se mostre um trabalho necessário, que, caso não realizado, reste a cega aceitação, o êxito progressivo das relações capitais opressivas que se expandem nas mais diversas relações humanas.

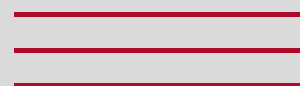
Ademais, que permaneçam protestos de agradecimento e felicidade pela possibilidade de compartilhamento deste material.



5

Apoio teórico: autores fundamentais

(Citados e que foram lidos no decorrer dos trabalhos)



1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

**Apoio teórico:
autores
fundamentais**

Theodor W. Adorno (1903-1969): filósofo e sociólogo alemão. Expoente da escola de Frankfurt, anticapitalista, com fundamentos marxistas, porém rompe com o dito marxismo tradicional, pois centra-se no estranhamento e na não emancipação do ser humano. Aprofunda estudo sobre a integração do oprimido em um enlace de dominação cultural (indústria cultural), que sustenta e expande as formas de concentração de poder. Contribui para concepção da razão instrumental, que se mostra alinhada ao pragmatismo das relações capitais.

Marilena de Sousa Chaui (1941): uma das mais reconhecidas filosofas brasileiras, com grande influência intelectual. Demonstra fundamentos marxistas em seu corpo teórico, denota estudos que aprofundam questões sobre o capitalismo e o conhecimento, a educação, o desenvolvimento humano.

Cesar Coll (1960): estudioso espanhol, realizou corpo teórico que valoriza a concepção de competência e incorpora uma diversidade de fontes, como Vigotski e Henri Wallon (1879-1962), entre outros, assim sustentando um movimento de conciliação entre ideias pela utilidade.

John Dewey (1859-1952): filósofo e pedagogista norte-americano, estadunidense, reconhecido como um dos principais representantes da corrente pragmatista. Assim, a educação deve se orientar pela sustentação e expansão das relações estruturantes da sociedade moderna vivida no século 20, ou seja, as relações capitais. Traça uma convergência entre processos educativos, estrutura produtiva, ciência, tecnologia e democracia.

Newton Duarte (1953): pedagogo brasileiro, realizou corpo teórico com fundamento marxista, aprofundando a perspectiva histórico-crítica. Elabora sobre educação, liberdade, formação humana e determinismos. Realiza estudos em Lukács, Gramsci, Vigotski.

Friedrich Engels (1820-1895): filósofo e sociólogo Prussiano, ao lado de Marx estruturou concepções socialistas. Colaborou para a obra marxista, participando, entre outros, do "Manifesto do Partido Comunista".

Antonio Francesco Gramsci (1891-1937): filósofo e historiador marxista, elaborou com profundidade estudos sobre a superestrutura jurídica e política que se funda nas relações produtivas. Do relacional hegemonia e classes subalternas, da ideologia, e a questão dos intelectuais orgânicos que agem orientados pelas classes a que suas concepções aderem.

Friedrich Hayek (1899-1992): economista e filósofo austríaco. Reconhecido como um dos principais representantes da Escola Austríaca. Realizou trabalho que defende a liberdade individual como liberdade econômica, ou seja, liberdade converge com a não limitação dos interesses particulares no mercado. Assim, o mercado se torna ordem social. Concebe um ser a-histórico, em que a totalidade da experiência social humana não pode ser compreendida diante da complexidade e diversidade. Assim, os seres atuam pelas oportunidades e o bem estar situa-se na geração de oportunidades. Considera uma aproximação entre totalidade e totalitarismo, identificando o coletivo como totalitarismo. O mercado é o único caminho para a liberdade significada pelo individualismo.

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

Análise da BNCC:
evidenciando objetos
ideológicos conformadores

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

**Apoio teórico:
autores
fundamentais**

Max Horkheimer (1895-1973): filósofo e sociólogo alemão. Membro da Escola de Frankfurt, trabalho crítico que incorpora elementos de Immanuel Kant (1724-1804) acerca do esclarecimento dos sujeitos, do método dialético de Georg W. F. Hegel (1770-1831) e com fortes influências do Materialismo Histórico em Karl Marx. Relaciona os debates da razão com a opressão e a estrutura produtiva opressiva. Contribui com profundidade para a razão instrumental e sua aderência ao pragmatismo das relações capitais.

Alexei Nikolaevich Leontiev (1903-1979): Desenvolveu psicologia com fundamento na teoria marxista. Realizou trabalhos próximos do corpo teórico histórico cultural de Vigotski (1896-1934), assim aprofundando estudo sobre a atividade humana, o enlace necessidade, objetivo e objeto que orienta o desenvolvimento humano. Da indissociabilidade entre o subjetivo e objetivo em uma perspectiva Material, Histórica e Dialética, explica a formação da personalidade, da consciência, a partir da percepção da realidade.

Sérgio Lessa (1960): filósofo brasileiro com fundamentos marxistas. Realizou aprofundamento das concepções de Lukács, mais precisamente sobre a ontologia do ser social e as possibilidades práticas diante da complexidade da sociedade global e brasileira nos séculos 20 e 21.

John Locke (1632-1704): filósofo Inglês reconhecido como pai do liberalismo. Elaborou corpo teórico sobre o empirismo e contrato social. Influenciado, entre outros, por Thomas Hobbes (1588-1679), filósofo que justifica o contrato social por uma visão pessimista, em que fora dele resta um estado natural de guerra, de todos contra todos, e Aristóteles (384 A.C a 322 A.C), ao descolar-se da noção platônica de espírito humano inato, considerando a experiência como reveladora da natureza humana. Todavia, opõe-se a Hobbes ao considerar um estado natural, regido pela razão, em que os seres humanos podem conviver quando resguardados direitos naturais: vida, liberdade e propriedade. Assim, suas ideias influenciaram as modernas revoluções liberais: Revolução Inglesa, Revolução Americana e Revolução Francesa. Concebe o contrato social como um consenso, governados que consentem o poder, que se concentra e gera a autoridade, a qual atua na preservação do direito natural indissociável do individualismo, ou seja, a autopreservação.

György Lukács (1885-1971): filósofo, sociólogo e historiador húngaro marxista, teórico que desenvolveu teoria da reificação, do estranhamento que domina os trabalhadores, critica o hiperracionalismo depositado sobre a teoria marxista, ou seja, um neopositivismo absurdo que dominou a União Soviética na era Stalinista. Assim, elabora e explica, com profundidade atinente ao Materialismo Histórico Dialético, a estética e a ontologia marxista.

Karl Marx (1818-1883): filósofo, sociólogo, historiador, economista, revolucionário socialista e teórico que travou combate com o capital. Trabalhou sobre a perspectiva do Materialismo Histórico Dialético, colaborou para seus fundamentos. Atuou em concepções como produção e estrutura social, trabalho, alienação, bem comum, superestrutura jurídica e política, lutas de classes, relação opressor e oprimido, práxis, materialismo histórico contra o idealismo, a dialética contra o certo contínuo evolutivo das ideias que regem a vida.

1

O Discurso,
o Utilitarismo
e o Pragmatismo

2

Corpo normativo
brasileiro sobre
a educação: BNCC

3

Análise da BNCC;
evidenciando objetos
ideológicos conformadores

4

Considerações finais:
da desilusão e inconformismo
indispensáveis à transformação

5

Apoio teórico:
autores
fundamentais

István Mészáros (1930-2017): filósofo húngaro que está entre os mais importantes teóricos marxistas atuais. Contribui com um olhar sobre a alienação, considerado sucessor de Lukács, defensor de mudanças necessárias para edificação de uma sociedade em que o capital não explore mais a potência humana. Aprofunda a perspectiva do estranhamento nas relações humanas sob o capital, a partir da produção e trabalho. Elabora sobre a sociedade de classes, a relação dominados e dominantes, exploradores e explorados. Defende uma educação libertadora que transforme o trabalhador em sujeito político histórico, que compreenda as movimentações materiais históricas dialéticas, em um desenvolvimento humano que supere as relações.

Leda Maria Paulani (1954): economista brasileira, desenvolve estudos sobre as instituições do capitalismo financeiro, da estrita valorização financeira e a estrutura monetária internacional. Contribui para crítica da retórica capitalista nos séculos 20 e 21, da dominação, opressão e os dilemas contemporâneos.

Adam Smith (1723-1790): filósofo e economista britânico. Considerado pai da economia moderna. Reconhecido com um dos mais importantes teóricos do liberalismo econômico. Realiza corpo teórico que procura justificar as relações capitais como inevitáveis à condição humana. Sistematiza o capital, ou seja, elabora sobre as relações de mercado, que convergem interesses particulares, atendendo à máxima da auto-preservação. A moral que atende em máxima ao amor próprio, possibilita na riqueza de cada interesse particular a riqueza das nações. Analisou a divisão do trabalho, o trabalho como valor de troca, do dinheiro e da mercadoria, do excedente produtivo e riqueza dos sujeitos, das garantias individuais como cerne da sociedade.

Ivo Tonet (1955): Estudioso brasileiro com enfoque filosófico e educativo. Fundamentos marxistas, assim elaborando sobre a estrutura capitalista e as implicações nos processos educacionais que orientam o desenvolvimento humano.

Léon Walras (1834-1910): economista e matemático francês, criou a teoria do equilíbrio geral e é considerado um dos fundadores da economia neoclássica. Realizou trabalho que orienta a economia por um estrito positivismo, comparado à mecânica clássica, em que o equilíbrio matemático da relação oferta e demanda pode gerar riqueza. Esta concepção acaba por mitigar ou eliminar da equação fatores morais, éticos, subjetivos.

Referências

*** Autores – Livros, artigos científicos e entrevista publicada:

- ALCÂNTARA, Norma. **Lukács: Ontologia e alienação**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
- ARCE, Alessandra. Compre o Kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo. **Educ. Soc.**, v. 22, n. 74, Campinas, abril de 2001.
- BAKHTIN, M. A. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 4 ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BAKHTIN, M. A. **Para uma filosofia do ato responsável**. Trad. aos cuidados de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro e João editores, 2010.
- BAUMAN, Z. **Vida para Consumo: A transformação das pessoas em mercadorias**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BURIGO, E. Z.. Matemática moderna: progresso e democracia na visão de educadores brasileiros nos anos 60. **Teoria e educação**, n. 2, 1990.
- BRZEZINSKI, Iria. **Tramitação e desdobramentos da LBB/1996: Embates entre projetos antagônicos de sociedade e educação**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, pp. 185-206, julho/outubro de 2010.
- CAMPOS, Roselane Fátima. SHIROMA, Eneida Oto. O resgate da Escola Nova pelas reformas educacionais contemporâneas. **Revista Brasil Est. Pedag., Brasília**, v. 80, n. 196, p. 483-493, set/dez de 1999.
- CARAÇA, B.de Jesus. **A Cultura integral do indivíduo: problema central do nosso tempo**. In: J.M.C.(Ed). Bento de Jesus Caraça: conferências e outros escritos. Lisboa: Tipografia Antonio Coelho Dias, 1978.
- CARAÇA, B. de Jesus. **Conceitos fundamentais da Matemática**. Lisboa: Gráfica Brás Monteiro Ltda, 1975.
- CARVALHO, Saulo Rodrigues de. MARTINS, Lígia Márcia. A escola pública e as competências para o mercado: realidade e mitos. **Psicol. Esc. Educ.** [online]. 2013, vol.17, n.1, pp.141-149.
- CHAUI, Marilena. **As humanidades contra o humanismo**. Editora Cortez, 2001, pag. 15-32, versão IATEX: maio de 2001. disponível em <<http://angg.twu.net/LATEX/chaui-hch.pdf>>, acessado em 10/03/2020.
- CHAUI, Marilena. **A história no pensamento de Marx**. Problemas e perspectivas. São Paulo: Clasco, 2007.
- COLL, C. S.. **Aprendizagem Escolar e Construção do Conhecimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- CURY, H. N. BAZZO, W. A. **Formação Crítica em Matemática: uma questão curricular?** Revista Bolema, Rio Claro/SP, 2001.

Referências

*** Autores – Livros, artigos científicos e entrevista publicada:

- D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Sociedade, cultura, matemática e seu ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p.99-120, jan/abr. 2005.
- DEWEY, J. **Democracia e educação introdução à filosofia da educação**. 3. ed. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1959.
- DEWEY, J. **Experiência e educação**. Tradução de Anísio Teixeira. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
- DOURADO, Luiz F.. Projetos Educacionais em Disputa e a LDB: diversos olhares que se entrecruzam. In BRZEZINSKI, Iria. **LDB/1996 – vinte anos depois**. 1o ed. São Paulo: Editora Cortez, 2018.
- DUARTE, Newton. A Escola de Vigotsky e a Educação Escolar: Algumas Hipóteses para uma Leitura Pedagógica da Psicologia Histórico-Cultural. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 7, n1/2, p. 17-50, 1996.
- DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. rev. e ampl. — Campinas/SP: Autores Associados, 2001.
- DUBAR, Claude. A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 19, n. 64, p. 87-103, 1998.
- DUGAS, Lynda S. A problemática das pesquisas político-eleitorais: o currículo de matemática para a compreensão social. Tradução: Dagmar M. L. Zibas. Cad. Pesq., São Paulo, v. 76, pp. 18-23, fevereiro de 1991.
- FILMER, Sir Robert. **Patriarcha, or the Natural Power of Kings**. Ed. Rafael Gamba - Edicion Bilingue: Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1966.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 56. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a. 253 p.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014b. 143 p.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del cárcere*, Torino, Einaudi, 4 t., 1975.
- GRAMSCI, Francesco. Escritos políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GROSS, Denise Barbosa. INSTITUTOS LIBERAIS E NEOLIBERALISMO NO BRASIL DA NOVA REPÚBLICA. Tese (Doutorado em ciência política) – Universidade Estadual de Campinas/SP, 2002.
- HAYEK, F. A. **O Caminho da servidão**. Tradução Leonel Valandro. 2 ed. Porto Alegre/RS: editora Globo, 1977.

Referências

*** Autores – Livros, artigos científicos e entrevista publicada:

HOBBS, Thomas. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HORTA, Raul M. Constituição e ordem econômica e financeira. **Revista de informação legislativa**, v. 28, n. 111, p. 5-20, julho/setembro de 1991.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. Tradução Sebastião Uchoa Leite. Rio de Janeiro: Ed. Labor, 1976.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução Mario R. da Cruz. 2. ed.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo. Martins Fontes. 2000.

LESSA, Sérgio. **Capital e Estado de Bem estar**. O caráter de classe das políticas Públicas. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LEONTIEV, Alexei. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978a.

LEONTIEV, Alexei N.. **Actividade Consciência e Personalidade**. Tradução de Maria Sílvia Cintra Martins. 1978b. disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000004.pdf>>, acessado em 10/03/2020.

LIBANEO, José C.. POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: DESFIGURAMENTO DA ESCOLA E DO CONHECIMENTO ESCOLAR. **Cadernos de pesquisa**. vol. 46, n. 159, p. 38-62, jan/mar. 2016.

LIBANEO, José C. Tendências pedagógicas na prática social. In: **Democratização da escola pública**. São Paulo: Loyola, 1985.

LIBANEO, José C. **Pedagogia tradicional: notas introdutórias**. 1990. Disponível em: <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5146/material/Pedagogia%20Tradicional%202012%202.pdf>>, acessado em: 05/07/2020.

LUKÁCS, G. As Bases Ontológicas da Atividade e do Pensamento do Homem. Revista Temas, São Paulo: Ciências Humanas, nº 4, 1978.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia Dell' Essere Sociale**. II. Roma, Riuniti, 1981. Tradução Sérgio Lessa. Capítulo: A Reprodução Social (pp. 133 – 331). Roma, 1981.

LUKÁCS, Georgy. Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, Georgy. Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. Tradução: de Lyra Luft e Rodnei Nascimento, São Paulo: Boitempo, 2010.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Referências

*** Autores – Livros, artigos científicos e entrevista publicada:

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Edições 70. Tradução de Artur Morão, 1964.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **O MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA**. 1999. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/praxis/73>>, acesso em: 20/01/2020.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro 1.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do Capital**. Tradução: Isa Tavares - 2 edição. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARCUSE, Herbert. **Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social**. Tradução de Marília Barroso. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARCUSE, Herbert. **Novas Fontes para a Fundamentação do Materialismo Histórico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

MENDES, Norma M.. Império e Romanização: "Estratégias", Dominação e Colapso. BRATHAIR – **Revista de Estudos Celtas e Germânicos**. Dossiê vol. 7, n. 1, 2007.

PAULANI, Leda M. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de economia e política internacional**, n. 10, abril/junho, 2012.

PRADO, Edna. Da formação por competência à pedagogia competente. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 2, n. 1, p. 115-130, jan/jun de 2009.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. Tradução de Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ROTHERBURG, Walter Claudius. Princípios Constitucionais. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, ano 29, n. 29, 1996, p. 199-238.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Bakhtin e os processos de desenvolvimento humano. **Rev. Bras. Crescimento desenvolvimento humano**. Vol. 20, n. 3, São Paulo, 2010.

SILVA, Jorge Gregório da. CURRÍCULO E DIVERSIDADE: A OUTRA FACE DO DISFARCE. **Trabalho necessário**, ano7, n. 9, 2009.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Trad. Luiz João Baraúna. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Referências

*** Autores – Livros, artigos científicos e entrevista publicada:

SOARES, José Romulo. EDUCAÇÃO E INDIVÍDUO PRAGMÁTICO NA CRISE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA. Revista Dialectus, ano 1, n. 1, julho-dezembro 2012, p. 38-52.

TONET, Ivo. A educação e a Formação Humana. **Revista do Centro de Educação da Unioeste - Campus Foz do Iguaçu**, v. 8, n. 9, p. 9-21, 2o semestre de 2006.

VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da praxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética e marxismo**. Capítulo de livro. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715081236/cap12.pdf>, acessado em : <20/12/202>.

VYGOTSKY, Lev. S. **A formação social da mente**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WOOD, E. M. Modernidade, pós-modernidade ou capitalismo. Trad. livre de Patricia Torrigliae Maria Célia M. de Moraes. Florianópolis: PPGE/UFSC, 1996. 14 p.

*** Normas federais - Constituições, lei e orientações:

Base Nacional Curricular Comum (BNCC), 2017. Disponível em: www.mec.gov.br. Acessado em: 04/03/2020.

Constituição Federal de 1934. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acessado em: 04/03/2020.

Constituição Federal de 1936. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acessado em: 04/03/2020.

Constituição Federal de 1947. Disponível em: <www.planalto.gov.br>, acessado em: 04/03/2020.

Constituição Federal de 1967. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acessado em: 04/03/2020.

Constituição Federal de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acessado em: 04/03/2020.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB/1996. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acessado em: 04/03/2020.

Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM). Disponível em: www.mec.gov.br. Acessado em: 04/03/2020.

*** Obras de Arte

A imagem incluída na capa deste e-book é de autoria do artista polonês Pawel Kuczynski, disponível em: <direitoshumanos.video.blog>, acessado em: 20/12/2020.

A edição gráfica disposta neste material foi realizada pela designer Andressa Ribeiro, artes disponíveis em: <<https://www.behance.net/andressaribeiroAR>>, acessado em: 13/07/2021.